

FRANCISCO TOPA

LITERATURA BRASILEIRA I

— Enquadramento, programa, conteúdos, bibliografia e métodos

Concurso para Professor Associado
do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos
da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

aberto pelo edital n.º 641/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, n.º 113, de 16 de Maio

Porto

Agosto de 2003

ÍNDICE

Explicação prévia	5
I. 30 anos depois – A Literatura Brasileira nos <i>curricula</i> do curso de L.L.M. da FLUP ..	7
II. Programa e bibliografia geral	23
III. Conteúdos e bibliografia específica	39
IV. Métodos	69

EXPLICAÇÃO PRÉVIA

Como não poderia deixar de ser, este relatório reflecte de algum modo os cerca de 14 anos que levo como docente e investigador do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos da Faculdade de Letras do Porto. Ensinando em duas áreas distintas – a da Literatura Brasileira e a das Literaturas Oraís e Marginais – e desenvolvendo investigação nesses e noutros domínios, acabei por escolher a cadeira de Literatura Brasileira I para tema deste relatório. Fi-lo sobretudo pelo facto de o carácter introdutório da cadeira me permitir reflectir (e aplicar essa reflexão) sobre questões com que um docente português de literatura brasileira é forçado a confrontar-se: nomeadamente o conceito de literatura brasileira e o modelo do seu ensino em contexto português.

Sendo a concepção de um programa a parte central deste relatório e reflectindo ela, como disse, pelo menos em parte a experiência lectiva do seu autor, cumpre-me dar conta da dívida que tenho – neste como noutros aspectos – para com o meu Mestre, Prof. Doutor Arnaldo Saraiva. Trabalhando com ele desde 1990 e tendo com ele repartido quase sempre a docência das cadeiras que me têm sido atribuídas, aprendi com ele muito do que está subjacente à minha proposta de programa. Não me guiei por um propósito de imitação, mas não posso deixar de reconhecer a visibilidade da marca de Arnaldo Saraiva no trabalho que apresento a concurso. A responsabilidade é contudo minha, como minhas são as falhas que o relatório apresenta. Ao meu Mestre pertencerão apenas os eventuais méritos.

I. 30 ANOS DEPOIS — A LITERATURA BRASILEIRA NOS *CURRICULA*

DO CURSO DE L.L.M. DA F.L.U.P

1. Cumpre-se este ano o 80.º aniversário da inauguração dos estudos brasileiros na universidade portuguesa.¹ Em Outubro passado, completaram-se também 30 anos do ensino da literatura brasileira na Faculdade de Letras da Universidade do Porto².

Seria pois de esperar que este fosse um ano de comemorações festivas, tanto mais que a literatura brasileira alcançou entretanto uma sólida implantação. De facto, o seu

¹ A história dos estudos universitários brasileiros em Portugal foi feita, de modo minucioso, por Arnaldo Saraiva: *Meio século de estudos brasileiros na Universidade portuguesa*, separata da «Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Série de Filologia», vol. I, 1973; «O início oficial dos estudos de literatura brasileira em Portugal», in *O Modernismo Brasileiro e o Modernismo Português – Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*, Porto, Edição do Autor, 1986, pp. 41-48; *Literatura Brasileira I – História, programa, conteúdos, métodos e bibliografia*, Relatório apresentado a concurso para Professor Associado do 2.º Grupo (Línguas e Literaturas Românicas) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1989; *Literatura Brasileira II – História, programa, conteúdos e bibliografia*, Relatório apresentado nas provas de Agregação do 2.º Grupo (Línguas e Literaturas Românicas) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1992; «Os estudos de literatura brasileira nas universidades portuguesas», in *Terceira Margem – Revista do Centro de Estudos Brasileiros (Adolfo Casais Monteiro)*, n.º 2, Porto, Faculdade de Letras, 1999. Por aí se vê como, desde o início, o seu percurso tem sido acidentado: aprovada a 12 de Junho de 1916 pela Câmara de Deputados para as diversas secções da Faculdade de Letras de Lisboa, a cadeira de Estudos Brasileiros seria inaugurada apenas a 9 de Junho de 1923, com a primeira de uma série de quatro sessões a cargo do brasileiro Manuel de Oliveira Lima. Na sua definição legal e na orientação que os sucessivos responsáveis lhe imprimiram, essa não era ainda uma cadeira de Literatura Brasileira propriamente dita. Só em 1957, e também para a Faculdade de Letras de Lisboa, surgiria uma cadeira com esse título e com esse conteúdo.

² A disciplina de Literatura Brasileira começou a ser leccionada no ano lectivo de 1972/73, tendo-se mantido em funcionamento ininterrupto desde aí.

ensino deixou de estar confinado à Faculdade de Letras de Lisboa, tendo-se generalizado ao conjunto das universidades, e também a algumas escolas politécnicas. Por outro lado, e como consequência lógica desse alargamento, aumentou o número de docentes universitários dessa área, como aumentou a produção científica com ela relacionada, e não apenas sob a forma de teses de mestrado e de doutoramento. Não só por isso, mas também por isso, a literatura brasileira passou finalmente a gozar de alguma atenção nos programas e manuais dos ensinos básico e secundário. Algo de semelhante tem ocorrido no plano editorial: embora sejam visíveis as insuficiências e as descontinuidades, a verdade é que muitos dos principais clássicos brasileiros – antigos e modernos – estão hoje razoavelmente editados no nosso país, tendo sido feito também um esforço considerável ao nível das antologias, designadamente da poesia e do conto. A par disso, há hoje revistas – portuguesas e luso-brasileiras – que dedicam uma atenção continuada e consequente ao panorama literário brasileiro.

A outros níveis – designadamente os da música ou do cinema –, registou-se uma evolução similar. É possível que a cultura brasileira tenha perdido algum do carácter *militante* que marcou a sua recepção entre nós nos anos ‘70. Mas isso não justificará o lamento saudosista de certos sectores: se a música popular brasileira *clássica* e o chamado *cinema novo* brasileiro são hoje menos conhecidos em Portugal, há – em contrapartida – uma série grande de novos valores artísticos que se têm vindo a impor entre nós.

Outro aspecto decisivo tem a ver com as transformações profundas nos meios de comunicação, o que tem favorecido – ainda que um de um modo para já discreto – a recepção da literatura e da cultura brasileiras em Portugal. Refiro-me, por um lado, à televisão por cabo e aos dois canais brasileiros por ela oferecidos, que permitem a um espectro significativo de portugueses o contacto mais próximo com a actualidade brasileira e com sectores importantes da cultura, designadamente o cinema e a música. Penso também na *internet*, que vem disponibilizando – em particular à população mais jovem e mais escolarizada – uma vasta gama de conteúdos que cobre quase todas as áreas dessa realidade multimoda que é o Brasil, anulando (de um modo que não é apenas metafórico) as distâncias várias que o separavam de Portugal.

Por último, e a um nível talvez menos significativo, há dois outros fenómenos – de sentido geograficamente contrário – que importa referir: a imigração e o turismo. Desde o

início dos anos ‘90 do século passado, isto é, três décadas depois de a nossa emigração para o Brasil ter deixado de ter significado, Portugal passou a receber um número considerável de brasileiros. E, se hoje esse grupo parece integrar sobretudo mão-de-obra pouco qualificada – e condenada, portanto, a distinguir-se pouco de outros grupos nacionais que vêm demandando o nosso país –, o certo é que os primeiros anos foram marcados pela chegada de profissionais altamente qualificados, que viriam a alcançar visibilidade sobretudo nas áreas da comunicação, dando um contributo importante para a modernização de sectores como a publicidade, a televisão e a rádio. Por outro lado, e sobretudo na última meia dúzia de anos, o Brasil tornou-se para os portugueses um destino turístico com alguma expressão quantitativa. Não sendo de excluir a hipótese de estes dois factores terem contribuído para a difusão entre nós de uma imagem da realidade brasileira marcada por novos preconceitos e estereótipos, é indesmentível que deram um impulso decisivo para que o Brasil deixasse de ser a terra distante da saudade e do sonho e se tornasse uma realidade presente e actuante no conjunto da sociedade portuguesa.

2. Acompanhando – e provavelmente influenciando – estas transformações positivas na recepção da cultura brasileira em Portugal, a frequência de cadeiras de Literatura Brasileira atingiu um nível significativo.

Vejamos, a título exemplificativo, o caso da Faculdade de Letras do Porto, no período compreendido entre os anos lectivos de 1989/90 e 2001/02, que corresponde sensivelmente ao tempo em que vigorou a Portaria n.º 850/87, de 3 de Novembro, que aprovou a reestruturação curricular do curso de Línguas e Literaturas Modernas. Criando dois níveis anuais de Literatura Brasileira, essa portaria deslocou o primeiro deles para o 2.º ano, mantendo-o obrigatório só para a variante de Estudos Portugueses e passando a considerá-lo alternativo para as outras variantes com a componente de “Português”, mas num regime anual de 2 horas. O segundo nível, agora anual e sempre de 4 horas semanais, passou a ser oferecido, como cadeira alternativa – competindo, em condições variadas, com outras cadeiras – a todas as variantes com a componente de “Português”. Parece claro o sentido desta alteração: a Literatura Brasileira perdeu algum do pouco peso que tinha, tanto na variante de Estudos Portugueses quanto nas outras variantes com a com-

ponente de “Português”. Os números de frequência das duas cadeiras contradisseram contudo essa orientação:

Literatura Brasileira I

1989/90

Total de alunos: 131

Estudos Portugueses – 90

Opção – 41

Alunos avaliados – 113 (86,2%)

1990/91

Total de alunos: 111

Estudos Portugueses – 87

Opção – 24

Alunos avaliados – 97 (87,3%)

1991/92

Total de alunos: 119

Estudos Portugueses – 75

Opção – 44

Alunos avaliados – 99 (83,1%)

1992/93

Total de alunos: 123

Estudos Portugueses – 75

Opção – 48

Alunos avaliados – 105 (85,3%)

1993/94

Total de alunos: 101

Estudos Portugueses – 59

Opção – 42

Alunos avaliados – 88 (87,1%)

1994/95

Total de alunos: 89

Estudos Portugueses – 62

Opção – 27

Alunos avaliados – 83 (93,2%)

1995/96

Total de alunos: 99

Estudos Portugueses – 67

Opção – 32

Alunos avaliados – 86 (86,8%)

1996/97

Total de alunos: 94

Estudos Portugueses – 73

Opção – 21

Alunos avaliados – 72 (76,5%)

1997/98

Total de alunos: 134

Estudos Portugueses – 85

Opção – 49

Alunos avaliados – 105 (78,3%)

1998/99

Total de alunos: 99

Estudos Portugueses – 65

Opção – 34

Alunos avaliados – 77 (77,7%)

1999/00

Total de alunos: 115

Estudos Portugueses – 67

Opção – 48

Alunos avaliados – 91 (79,1%)

2000/01

Total de alunos: 92

Estudos Portugueses – 58

Opção – 34

Alunos avaliados – 64 (69,5%)

2001/02

Total de alunos: 122

Estudos Portugueses – 72

Opção – 50

Alunos avaliados – 98 (80,3%)

Num balanço global destes 13 anos, obtemos os seguintes resultados:

Total de alunos – 1429

N.º médio por ano – 109,9

Estudos Portugueses – 935

N.º médio por ano – 71,9

Opção – 494

N.º médio por ano – 38

Percentagem média de alunos avaliados – 82,3%

Vejamos agora a situação da disciplina de **Literatura Brasileira II** no mesmo período de tempo, mas apenas no que respeita à frequência:

1989/90 – 44

1990/91 – 31

1991/92 – 50

1992/93 – 28

1993/94 – 32

1994/95 – 8

1995/96 – 20

1996/97 – 34

1997/98 – 17

1998/99 – 52

1999/00 – 39

2000/01 – 38

2001/02 – 48

Em termos globais, verificamos que, neste período de 13 anos, a cadeira de Literatura Brasileira II foi frequentada por um total de 441 alunos, o que equivale a uma média anual de 33,9. Somando os dados de frequência dos dois níveis, conclui-se que a Literatura Brasileira acolheu neste período uma média de 143,8 alunos por ano.

É evidente que extrair um significado rigoroso destes números que permitisse avaliar o sucesso da implantação desta área de estudos implicaria a consideração de outros elementos: desde logo a distinção entre frequência *virtual* (a mera inscrição) e frequência *efectiva* (o acompanhamento das aulas, seguido de avaliação), mas também o apuramento do número de alunos que frequentou as cadeiras em 2.^a (ou posterior) inscrição e a comparação dos resultados apurados como o universo de potenciais frequentadores das cadei-

ras em causa. Não tendo possibilidade de aceder a esses dados, fico-me por uma conclusão empírica: mesmo deixando de lado as condições restritivas que regulamentavam a sua frequência, os números apresentados mostram uma implantação muito positiva da Literatura Brasileira na Faculdade de Letras do Porto no período em que esteve em vigor a reestruturação introduzida pela Portaria de 1987.

Essas condições restritivas de frequência da área disciplinar em causa seriam aliás objecto de reparo da primeira Comissão de Avaliação Externa, que se deteve na variante de Estudos Portugueses e Franceses. Uma das – poucas – críticas que a Comissão fez ao curso ministrado na Faculdade de Letras do Porto foi justamente a não obrigatoriedade da frequência de uma disciplina de Literatura Brasileira:

A Comissão entende que nos planos de estudos do curso de Licenciatura em avaliação devem figurar obrigatoriamente disciplinas como (...) Literatura Brasileira, o que actualmente não acontece em todas as Universidades³.

Curiosamente, seria o único perito estrangeiro da Comissão, o Prof. Paul Teyssier, a enfatizar este aspecto:

Outro ponto que desejo salientar diz respeito à literatura brasileira. Entre as dez universidades que visitámos, só uma, a dos Açores, inclui a literatura brasileira na lista das cadeiras obrigatórias para a licenciatura de português e francês. É certo que existe muitas vezes a possibilidade de escolher a literatura brasileira como disciplina opcional. Mas só uma minoria de alunos seguem esse caminho. O resultado é que se pode ensinar a língua portuguesa em Portugal sem ter nunca estudado a literatura do maior país lusófono do mundo. Algumas sondagens feitas durante os nossos encontros com os alunos revelaram a gravidade dessa ignorância. Esses alunos sabiam em geral, por exemplo, quem era Machado de Assis, mas nunca tinham lido uma só obra dele. Esta situação é grave. O estatuto mundial da língua portuguesa resulta principalmente do facto de ser ela a língua comum de Portugal e do Brasil. Na França, por exemplo, o público interessado pelo português obedece a várias motivações, mas a importância do Brasil é uma

³ Fundação das Universidades Portuguesas – Conselho de Avaliação – *Comissão de Avaliação Externa dos Cursos de Português/Francês – Relatório*, Janeiro de 1997, p. 13.

das principais delas. Assim a unidade linguística luso-brasileira é fundamental para defender o papel mundial do português. Mas como será possível conservar essa unidade se cada um dos dois países ignora a cultura e a literatura do outro?⁴

O conjunto de elementos apresentados até agora criava a expectativa de que a importância da literatura brasileira fosse reconhecida na Faculdade de Letras do Porto. Até porque, no período de 30 anos que passou desde o início do seu ensino, tinha havido uma série importante de realizações, devida essencialmente à tenacidade de Arnaldo Saraiva⁵:

– Desde 1997, mais de meia centena de alunos estudara Literatura Brasileira em regime de pós-graduação, no âmbito do Mestrado em Estudos Portugueses e Brasileiros;

– Ao nível da investigação científica, tinham resultado deste trabalho duas teses de doutoramento e sete dissertações de mestrado, para além de numerosos artigos e comunicações a congressos da especialidade;

– Tinham sido organizados três congressos e dois colóquios nesta área e publicados dois livros de actas;

– Fora criada a revista *Terceira Margem*, cujo quarto número sairá no decurso deste ano de 2003;

– O ensino pós-graduado contará, a partir do próximo ano lectivo, com dois seminários inseridos no Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Literaturas Românicas.

Foi o conjunto deste trabalho que permitiu que a Faculdade de Letras do Porto se fosse destacando no panorama nacional dos estudos literários brasileiros, como tem sido notado pelos principais centros universitários do Brasil.

3. Face ao exposto, seria de esperar uma reestruturação curricular local – tornada possível pela Lei da Autonomia das Universidades, de 1988 – que reforçasse a posição desta área dos estudos literários. A reforma viria a ser feita apenas em 2001 (aprovada por

⁴ *Op. cit.*, cap. IV – «Apreciação do Professor Paul Teyssier – Perito estrangeiro da Comissão», p. 17.

⁵ Como aliás foi reconhecido pelo Governo brasileiro, que o distinguiu em 2002 com a Ordem de Cavaleiro do Rio Branco.

despacho reitoral de 4 de Julho⁶), mas o resultado foi contrário: a literatura brasileira ficou relegada para um plano quase residual.

Começamos por notar as alterações estruturais introduzidas nas diversas variantes do curso de Línguas e Literaturas Modernas (LLM). A mais importante terá sido a adopção do regime semestral para todas as disciplinas que não as de língua viva. Por outro lado, terminou a divisão – nos dois anos finais do curso – entre Ramo Científico e Ramo Educacional, passando o grau de licenciado a ser conferido no final dos quatro anos curriculares. A Especialização em Ensino continuou a ser oferecida, mas em novos moldes: o estágio pedagógico foi remetido para o nível de pós-graduação; os alunos que a ele quisessem aceder terão de ter aprovação anterior em seis disciplinas semestrais da área de Educação e em dois níveis de Metodologia de cada uma das línguas. Significa isto que os estudantes da variante de Estudos Portugueses que queiram aceder a esta especialização terão de ter aprovação em 8 cadeiras deste tipo, ao passo que os das restantes variantes terão de obter aproveitamento em 10. Por outro lado, a frequência destas cadeiras – diferentemente do que acontece com todas as outras disciplinas de opção – obedece a um esquema condicionado, que se reparte entre o 2.º e o 4.º anos. Em último lugar, o *currículum* das diversas variantes tornou-se aparentemente menos rígido, passando a prever um maior número de opções: 14 cadeiras semestrais em Estudos Portugueses; 10 em Estudos Portugueses e Alemães, Portugueses e Espanhóis, Portugueses e Franceses, Portugueses e Ingleses e Ingleses e Alemães; e 11 em Estudos Franceses e Alemães e Franceses e Ingleses.

Não sendo este o espaço adequado para me pronunciar sobre estas alterações, impõe-se contudo um comentário sobre os espaços de opção, dadas as suas implicações sobre a frequência das cadeiras de Literatura Brasileira. Ao contrário do que possa parecer, o aumento das possibilidades de opção é falacioso ou assenta numa premissa por enquanto equivocada. Isto porque o número de opções tende a coincidir – ou a ultrapassar em muito pouco – com as *opções obrigatórias* que o aluno terá de efectuar se quiser ter acesso à Especialização em Ensino. Mais ainda: a distribuição desses espaços respeita os condi-

⁶ Aviso n.º 9506/2001, publicado no *Diário da República*, II Série, de 27 de Julho. O «Regulamento do Curso de Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas» consta da Resolução n.º 84/2001, *ibid.*

onalismos que rodeiam as “opções” da área da Educação e das Metodologias. Se – com base nos sinais desanimadores que parecem chegar do mercado de trabalho – era convicção dos promotores da reforma curricular que o número de alunos interessados nessa especialização iria diminuir drástica e rapidamente, a verdade é que, pelo menos para já, tal não se tem verificado. A consequência é óbvia: a oferta de espaços opcionais diminuiu e a frequência de cadeiras opcionais está também condenada a decair, tanto mais que – paradoxalmente – aumentou imenso a sua oferta: o Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos (DEPER) apresentou uma lista com 118; o Departamento de Estudos Anglo-Americanos (DEAA) 17; e o Departamento de Estudos Germanísticos (DEG) 24, o que perfaz um total de 159. Mesmo admitindo a irrealidade desse número (parece óbvio que muitas dessas disciplinas dificilmente virão a sair do papel), a oferta é excessiva, atendendo aos condicionalismos da frequência e à diminuição do número de alunos que começa a verificar-se.

Feitas estas observações, passemos agora ao caso da Literatura Brasileira, cuja posição, a uma primeira vista, não sofreu grandes alterações.

Começando pelo primeiro nível, agora correspondente a duas cadeiras semestrais, a sua obrigatoriedade continua a existir apenas no 2.º ano da variante de Estudos Portugueses. Apesar disso, a posição relativa da Literatura Brasileira foi alterada, como se percebe facilmente atentando no conjunto das outras disciplinas de literatura que não a Portuguesa cuja frequência é obrigatória. Com efeito, é colocada em plano idêntico – ou ligeiramente abaixo, dado que as precede – ao das Literaturas Africanas em Língua Portuguesa (com dois semestres obrigatórios no 3.º ano) e da Literatura Italiana ou Espanhola ou Francesa (também com dois semestres obrigatórios, em alternativa, no 3.º ano). Sem – obviamente – pôr em causa o interesse de tais estudos e, menos ainda, o direito de o aluno a eles se dedicar, esta situação é passível de alguns reparos. Quanto à primeira, trata-se de um conjunto de literaturas ainda incipientes e mal consolidadas, sem nenhum autor que possa ser sequer aproximado de algum dos clássicos ou dos grandes nomes da multissecular literatura brasileira. Quanto à segunda imposição alternativa, ela seria incontestável se a orientação do curso fosse, digamos assim, mais universalista. Nesse caso, justificar-se-ia não apenas uma dessas três literaturas, mas todas, e não apenas a um nível introdutório. Poder-se-ia contudo perguntar o porquê destas e não outras.

Ainda em relação a este nível inicial de Literatura Brasileira, nota-se que houve uma alteração profunda na possibilidade de as outras variantes a ele terem acesso, em regime opcional. Vejamos em primeiro lugar a situação relativa às outras variantes com a componente de “Português”, que na versão curricular anterior representavam o universo de recrutamento dos alunos que frequentavam Literatura Brasileira I como opção: Estudos Portugueses e Alemães, Portugueses e Espanhóis, Portugueses e Franceses e Portugueses e Ingleses. Todas elas prevêem 10 cadeiras semestrais de opção, exactamente o mesmo número das cadeiras da área da Educação e das Metodologias que os alunos que pretendam fazer a Especialização em Ensino devem completar. Dito de outro modo: os futuros professores de Português que não sejam formados na variante de Estudos Portugueses concluem a licenciatura sem poderem frequentar nenhum nível de Literatura Brasileira (a menos que o façam em regime extracurricular, o que a actual carga horária e o desenho dos horários torna, de momento, quase impossível). Isto é tanto mais estranho quanto nos últimos anos a literatura brasileira – ou alguns dos seus autores ou dos seus textos – foi obtendo, como já tive oportunidade de dizer, alguma presença nos programas e nos manuais de Português dos Ensinos Básico e Secundário.

A situação será, à partida, diferente para os (de momento poucos) alunos que não estejam interessados em aceder à dita especialização. Em Estudos Portugueses e Alemães, o estudante tem a possibilidade de aceder a uma ou a ambas as cadeiras semestrais deste nível inicial de Literatura Brasileira em qualquer dos 4 anos do curso. Para isso terá contudo de pesar a sua escolha em função das restantes 116 cadeiras semestrais oferecidas pelo DEPER e as 24 oferecidas pelo DEG... Nos Estudos Portugueses e Espanhóis e Portugueses e Franceses, a opção poderá ser feita nos 2.º, 3.º ou 4.º anos, levando em conta as restantes cadeiras de opção apresentadas pelo DEPER. Quanto aos Estudos Portugueses e Ingleses, a escolha pode ser realizada nos mesmos anos, mas juntando às 116 cadeiras do DEPER as 17 do DEAA. No que concerne às restantes variantes – Estudos Franceses e Alemães, Franceses e Ingleses e Ingleses e Alemães –, a opção, embora pouco provável, também é possível, sobretudo para os alunos que não estejam interessados em fazer a Especialização em Ensino.

Em relação ao segundo nível de Literatura Brasileira – agora correspondente às cadeiras de Literatura Brasileira III e IV – a situação é ainda pior. Teoricamente opcional

para todas as variantes, a verdade é que a única que a ele pode ter acesso com uma certa facilidade é a de Estudos Portugueses, dado que o seu *curriculum* prevê um total de 14 disciplinas de opção. No entanto, se repararmos bem, verificamos que depois da frequência do nível inicial – correspondente às cadeiras de Literatura Brasileira I e II – os alunos dessa variante que pretendam fazer a Especialização em Ensino só no 4.º ano voltam a ter oportunidade de prosseguir os seus estudos no domínio da literatura brasileira. Mas, mesmo nesse caso, não é de esperar uma elevada frequência dessas disciplinas, dado que, fazendo essa escolha, os estudantes ficam sem qualquer outro espaço opcional nesse último ano do curso.

4. Perante estas observações e antes ainda de um comentário final sobre a reforma em causa, é possível extrair conclusões acerca do enquadramento curricular da cadeira de Literatura Brasileira I, objecto deste relatório:

- Trata-se de uma disciplina sobretudo obrigatória, embora possa funcionar em regime opcional;
- Tende a ser frequentada como o primeiro de dois semestres de um nível inicial de Literatura Brasileira, mas é também oferecida como cadeira independente e isolada;
- É dirigida sobretudo a alunos do 2.º ano, embora a ela possam ter acesso estudantes de quaisquer outros anos;
- Tende a ser frequentada por alunos da variante de Estudos Portugueses, ainda que seja oferecida a estudantes das outras variantes de LLM e até de outros cursos da FLUP.

Estas conclusões podem ser confirmadas pelos dados relativos à inscrição no presente ano lectivo de 2002/03, que é o primeiro a que se aplica a reforma curricular feita em 2001:

- N.º de alunos inscritos – 57;
- Alunos de Estudos Portugueses, 2.º ano (cadeira obrigatória) – 55;
- Alunos de outras variantes de LLM (cadeira opcional) – 2.

Da comparação com o ano lectivo anterior, ressalta sobretudo a queda abismal do número de alunos de opção: de 50 para 2, o que equivale a uma descida de 96%. Não insistirei contudo neste ponto. O que importa de momento salientar é que o enquadramento curricular acima apresentado obriga a que a cadeira seja pensada como sendo sobretudo

do dirigida a alunos do 2.º ano da variante de Estudos Portugueses, que a frequentam em regime obrigatório, como o primeiro de dois semestres nesta área disciplinar. No entanto, esta articulação com um segundo semestre de Literatura Brasileira não obsta a que a disciplina tenha alguma autonomia, tanto mais que pode ser frequentada de forma isolada. Um último aspecto a ter em conta é o modo como estão concebidas as outras cadeiras, designadamente as de literatura e em particular as da área da literatura portuguesa, que praticam um ensino cronologicamente regressivo. Concretamente, há pois que ter presente que, no primeiro semestre do 2.º ano, a cadeira de Literatura Portuguesa aborda o século XIX. Mas a estes condicionalismos voltarei nos capítulos seguintes deste relatório.

5. Para terminar esta reflexão sobre a presença da literatura brasileira nos *curricula* de LLM da FLUP, sou forçado a reconhecer que a passagem do seu 30.º aniversário não corresponde a um momento de júbilo. É possível que, onze anos depois, se mantenha válida a afirmação feita por Arnaldo Saraiva no Relatório das suas provas de Agregação:

Em Portugal, camuflados ou não, há ainda, até mesmo no interior das Universidades, velhos preconceitos em relação aos brasileiros e à cultura brasileira; e são ainda poucos os que parecem dar-se conta dos benefícios que os portugueses e a cultura portuguesa podem recolher do convívio estreito com o Brasil⁷.

Mesmo que esse preconceito assumia a forma de desatenção, a verdade é que a redução do espaço curricular da Literatura Brasileira para um nível que, a prazo, será pouco mais que residual é difícil de compreender e de aceitar, dado o reconhecimento que de há muito goza a literatura brasileira, dado o património construído na FLUP ao longo destes 30 anos, dados os laços que, historicamente, unem o Porto ao Brasil e dada a circunstância de a Universidade do Porto incluir nos seus principais objectivos estratégicos uma ligação privilegiada ao Brasil.

Obviamente que não estou a sugerir que haja uma estratégia mais ou menos concertada contra a Literatura Brasileira. Creio, pelo contrário, que este e outros erros de que padece a reforma curricular de 2001 foram sobretudo consequência das circunstâncias em

⁷ *Op. cit.*, p. 7.

que ela foi feita. Em primeiro lugar, da motivação: em vez de ter resultado de uma alargada e amadurecida vontade interna de reestruturar os planos de estudo, com objectivos bem determinados, a reforma foi de algum modo imposta pelo conjunto da Faculdade de Letras do Porto, que decidira instituir o princípio da semestralização das licenciaturas. Em segundo lugar, foi trabalhada num quadro institucional ainda recente e que não facilitava – embora não o impeça – o estabelecimento de princípios globais comuns: refiro-me aos departamentos, circunstância que, no caso do curso de LLM, obrigou a equacionar a reforma curricular no âmbito de três estruturas distintas.

Neste quadro, não vejo uma solução óbvia e pacífica que permita atribuir à Literatura Brasileira a importância curricular de que a entendo credora. De facto, mesmo nas três variantes cuja responsabilidade pertence em exclusivo ao DEPER – Estudos Portugueses, Portugueses e Espanhóis e Portugueses e Franceses –, um maior espaço para a Literatura Brasileira teria de ser obtido à custa de outra área disciplinar, o que parece difícil, tanto mais que acabaria por mexer com pessoas, com tradições, com equilíbrios de vários tipos. A solução alternativa de preencher algum do já escasso espaço das opções também parece inadequada, desde logo por tornar a estrutura curricular ainda mais rígida. Relativamente às outras variantes, a situação é ainda mais difícil, tanto mais que implica uma negociação multilateral.

De qualquer modo, creio que se impõe uma revisão que, no mínimo, flexibilize a estrutura curricular das diversas variantes, assegure uma maior verdade na lista das opções oferecidas e permita uma competição saudável entre elas.

II. PROGRAMA E BIBLIOGRAFIA GERAL

1. Apresento agora uma hipótese de programa para a cadeira de Literatura Brasileira I, deixando a sua justificação para um segundo momento.

Programa de Literatura Brasileira I

I. Introdução ao estudo da literatura brasileira

1. O Brasil e a sociedade e a cultura brasileiras
2. A questão da literatura nacional brasileira

II. O processo de constituição de uma tradição literária nacional: alguns textos, autores e momentos relevantes

1. A *Carta* de Pero Vaz de Caminha e a literatura informativa sobre a terra
2. A poesia lírica do P.^e José de Anchieta
3. A obra poética de Gregório de Matos: o engenho baiano e o modelo barroco peninsular
4. O pastor sobrevivente: a poesia lírica de Tomás António Gonzaga

III. *Iracema* e o projecto de afirmação de uma literatura nacional brasileira

IV. A arte do conto em Machado de Assis

2. Deixando a abordagem específica dos conteúdos deste programa para o capítulo seguinte, cumpre-me agora apresentar os seus objectivos e justificar as suas linhas orientadoras, aqueles e estas condicionados em parte por dois factores que ultrapassam o docente da disciplina: a posição e o estatuto da cadeira no *curriculum* dos alunos que a frequentam e o tempo lectivo que lhe está atribuído.

Como deixo dito, Literatura Brasileira I é sobretudo uma disciplina obrigatória dirigida aos alunos do 2.º ano da variante de Estudos Portugueses, funcionando como o primeiro de dois semestres de um nível inicial desta literatura. De um tal posicionamento decorrem várias implicações que não devem ser ignoradas no momento em que se pensa um programa. Em primeiro lugar, a necessidade de o articular com o da cadeira subsequente – Literatura Brasileira II –, o que não o impede de ter uma identidade própria e um certo grau de autonomia. Por outro lado, o facto de a disciplina estar destinada prioritariamente a estudantes que, tendo acabado de frequentar dois semestres de Introdução aos Estudos Literários, estão a ter o seu primeiro contacto obrigatório com cadeiras de literatura. Por outro ainda, a circunstância de a cadeira conviver com um ensino cronologicamente regressivo da Literatura Portuguesa, que nos seus níveis iniciais – situados justamente no 2.º ano – contempla a abordagem dos séculos XIX e XX. Por último, a questão – que não é apenas simbólica – do estatuto da disciplina: a sua posição, não apenas no contexto vasto do curso de Línguas e Literaturas Modernas, mas também no âmbito mais restrito da variante de Estudos Portugueses, mostra que a cadeira (e o domínio literário em causa) é considerada secundária.

Quanto ao segundo factor – o tempo –, a adopção do regime semestral levou o Conselho Pedagógico a fixar em 15 semanas lectivas a duração de cada semestre, o que equivale a 30 aulas de duas horas, num total de 60 horas. Pensando que a primeira aula se destina à apresentação dos objectivos, do programa e das modalidades de avaliação da disciplina e que uma das últimas será ocupada com o comentário dos elementos da avaliação e com a correcção do teste, o docente terá à sua disposição um total de 28 aulas para a abordagem dos conteúdos do programa.

Antes de encerrar este preâmbulo, impõe-se ainda uma breve reflexão sobre o conceito de programa universitário. Do meu ponto de vista, qualquer programa destinado a este nível de ensino deve estar orientado por dois objectivos básicos: fornecer o estágio

mais recente do conhecimento sobre os conteúdos que integra, reflectindo a investigação pessoal do docente; apresentar as matérias de um modo problematizante, levando o aluno a interrogar (e a interrogar-se) e tentando suscitar nele pelo menos o desejo de dar algum contributo – no imediato ou a prazo – para o progresso do conhecimento da área em causa. Dentro desta orientação, importa depois adequar o programa aos objectivos do curso em que a cadeira se integra e ter em conta o público a que ela se destina. Não significa isto que o docente deva *sacrificar* o seu programa às competências básicas do estudante nem – menos ainda – ao seu horizonte de expectativas. Significa antes que deve procurar um ponto de equilíbrio entre um modelo de programa que seja sobretudo um projecto pessoal de investigação científica e um outro que se pautar apenas pelo princípio de utilidade no processo de formação superior do aluno. Essa é aliás uma questão que não passa apenas pela formulação do programa, jogando-se muito mais na realidade concreta das aulas.

3. Feitas estas considerações introdutórias, passo então a apresentar os objectivos de Literatura Brasileira I e a justificar a minha proposta de programa.

Tratando-se do primeiro contacto sistemático do estudante com esta literatura, a cadeira não pode deixar de ter como grande objectivo a introdução à literatura brasileira. Para isso – e tanto mais que é português e, portanto, de certo modo *estrangeiro* o contexto da sua abordagem – o programa abrirá com uma introdução panorâmica ao Brasil e à sua cultura, procurando fornecer ao aluno uma contextualização histórico-cultural ‘de fundo’ que lhe permita uma boa compreensão dos textos. Outra condição prévia à abordagem do objecto é a sua própria definição, o que impõe que o segundo ponto se detenha nos conceitos de literatura nacional e de literatura brasileira.

Creio que este objectivo e esta parte introdutória do programa não são passíveis de grande contestação. Já o modo subsequente de fazer a introdução à literatura brasileira pode assumir formulações muito diversas, em boa medida dependentes da posição de cada docente perante as questões que discuti nos parágrafos anteriores e do seu conceito de literatura brasileira.

Do meu ponto de vista, a melhor forma de iniciar o estudante na literatura brasileira passa por um programa com uma orientação de tipo historicista, centrado nos momentos,

nas estéticas, nos autores e nos textos representativos (e não necessariamente *maiores*). Dada a limitação de tempo, entendo – e a experiência confirma-o – que a Literatura Brasileira I se deve ocupar dos séculos XVI-XIX, ficando o século XX para a cadeira seguinte. Este segundo nível funcionará assim numa lógica de complementaridade, mas sob uma orientação que já não será forçosamente historicista.

Mas não é apenas a escassez de tempo a motivar a divisão cronológica que proponho. Considerando em bloco o período que se estende do século XVI até ao século XIX torna-se mais claro o processo – lento e pautado por discontinuidades de vários tipos – de formação e de emancipação de uma literatura nascida em contexto colonial. Acompanhando sequencialmente os *momentos decisivos* (para retomar, alargando-a, uma expressão de Antonio Candido) desse processo, fica o estudante em melhores condições de compreender o passo decisivo dado pelo Romantismo e a importância de uma obra como *Iracema*, de Alencar. Justifica-se assim que o momento final seja consagrado a um autor integrado numa literatura brasileira já incontestada e que é o seu primeiro (e provavelmente maior) clássico: Machado de Assis.

Um programa como o acima apresentado, dentro de um esquema mais ou menos fixo – e com um propósito panorâmico, que não exclui contudo visões monográficas –, permite ao docente uma certa flexibilidade de ano para ano, através da alternância de autores e textos. Se a *Carta de Caminha* e as obras de Gregório de Matos ou Machado de Assis são incontornáveis, todos os outros pontos são passíveis de modificação: em vez da poesia de Anchieta, a prosa de Manuel da Nóbrega ou de Fernão Cardim; a poesia lírica de Cláudio Manuel da Costa ou de Silva Alvarenga ou a épica de Basílio da Gama, em lugar da lírica gonzaguiana; as *Memórias de um Sargento de Milícias* de Manuel António de Almeida ou a poesia de Castro Alves, em substituição de um romance indianista de Alencar...

4. Embora, pelo menos de há uma década para cá, as novas tecnologias tenham facilitado imenso o acesso a informação de todo o tipo, a bibliografia continua a ser um instrumento indispensável de orientação do aluno, sobretudo no ensino universitário e na área das Humanidades. Para isso a bibliografia não pode ser uma mera listagem, mesmo que muito completa e actualizada. É necessário que esteja organizada de forma clara e que evite o risco de desorientar ou de *esmagar* o aluno. Sobretudo ao nível da bibliografia

geral, creio que importa essencialmente indicar o essencial e o menos óbvio, dando ao estudante – mesmo ao do 2.º ano, como é o caso – a oportunidade de, a partir dos elementos fornecidos, fazer algumas descobertas e construir um percurso pessoal.

A proposta de bibliografia geral que apresento a seguir procura levar em conta essas considerações, não esquecendo também que o público que procura servir está a ter o primeiro contacto ‘sistemático’ com o Brasil e com a sua literatura. Por isso, embora incida mais na esfera literária, não ignora uma série de outros domínios, como não ignora a importância crescente da *internet* como fonte de informação. Com o objectivo de facilitar a sua consulta, dividi-a em nove pontos, a partir do modelo genérico adoptado por historiadores e bibliógrafos da literatura brasileira: Histórias da literatura; Dicionários; Manuais ou sínteses (gerais); Bibliografias; Antologias (gerais); Obras de linguística; Visões de conjunto de géneros ou espécies; Obras de referência; Alguns *links*.

Apesar destes cuidados, os objectivos de uma bibliografia deste tipo – e de qualquer outro, aliás – não dispensam o comentário do docente, tanto na aula como em sessões de atendimento individual.

BIBLIOGRAFIA GERAL

I. Histórias da literatura

a) Concisas

BOSI, Alfredo

1997, *História Concisa da Literatura Brasileira*, 35.ª ed., São Paulo, Cultrix.

MERQUIOR, José Guilherme

1996, *De Anchieta a Euclides – Breve História da Literatura Brasileira*, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Topbooks.

PICCHIO, Luciana Stegagno

1997, *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Nova Aguilar.

RIBEIRO, Maria Aparecida

1994, *Literatura Brasileira*, Lisboa, Universidade Aberta.

b) Desenvolvidas

AAVV

1962-1967, *A Literatura Brasileira*, São Paulo, Cultrix, 6 vols. (várias reimpressões)

I. CASTELLO, José Aderaldo – *Era Colonial*, 1962; II. AMORA, Antônio Soares – *O Romantismo*, 1967; III. PACHECO, João – *O Realismo*, 1963; IV. MOISÉS, Massaud – *O Simbolismo*, 1966; V. BOSI, Alfredo – *O Pré-modernismo*, 1966; VI. MARTINS, Wilson – *O Modernismo*, 1965.

CASTRO, Sílvio (dir.)

1999-2000, *História da Literatura Brasileira*, Lisboa, Alfa, 3 vols.

COUTINHO, Afrânio (dir.)

1986, *A Literatura no Brasil*, 3.^a ed., edição revista e atualizada; co-dir. de Eduardo de Faria Coutinho; Rio de Janeiro, José Olympio / Universidade Federal Fluminense, 6 vols.

MOISÉS, Massaud

2001, *História da Literatura Brasileira*, São Paulo, Cultrix, 3 vols.

II. Dicionários

COUTINHO, Afrânio e SOUSA, J. Galante de

2001, *Enciclopédia de Literatura Brasileira*, 2.^a edição revista, ampliada, atualizada e ilustrada sob a coordenação de Graça Coutinho e Rita Moutinho; São Pau-

lo / Rio de Janeiro, Global / Fundação Biblioteca Nacional / Academia Brasileira de Letras, 2 vols.

COELHO, Jacinto do Prado (dir.)

1973, *Dicionário de Literatura*, 3.^a ed., Porto, Figueirinhas, 5 vols.

MENEZES, Raimundo de

1980, *Dicionário Literário Brasileiro*, 2.^a ed., Rio de Janeiro / São Paulo, Livros Técnicos e Científicos / Cultrix.

MOISÉS, Massaud

1998, *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*, 5.^a edição atualizada, São Paulo, Cultrix.

III. Manuais ou sínteses (gerais)

ABDALA JÚNIOR, Benjamin e CAMPEDELLI, Samira Youssef

1986, *Tempos da Literatura Brasileira*, 2.^a ed., São Paulo, Ática.

CANDIDO, Antonio

1997, *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)*, 8.^a ed., Belo Horizonte, Itatiaia, 2 vols.

PROENÇA FILHO, Domício

1978, *Estilos de Época na Literatura*, 5.^a ed., São Paulo, Ática.

IV. Bibliografias

BROCA, Brito e SOUSA, J. Galante de

1963, *Introdução ao Estudo da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, INL.

CARPEAUX, Otto Maria

1979, *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, nova edição, com apêndice de Assis Brasil, incluindo 47 novos autores; Rio de Janeiro, Edições de Ouro.

GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, Roberto e PUPO-WALKER, Enrique

1996, *The Cambridge History of Latin American Literature – Vol. 3: Brazilian literature; bibliographies*, Cambridge, University Press.

MORAES, Rubens Borba de e BERRIEN, William

1949, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, Gráfica Ed. Sousa.

SILVA, Inocêncio Francisco da

1858-1923, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 23 vols. (reed. fac-similada da IN-CM, de 1987).

SODRÉ, Nelson Werneck

1988, *O que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*, 6.^a ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

V. Antologias (gerais)

CANDIDO, Antonio e CASTELLO, J. Aderaldo

1981, *Presença da Literatura Brasileira*, 8.^a ed., São Paulo, Difel, 3 vols.

MASSAUD, Moisés

1996, *A Literatura Brasileira Através dos Textos*, 19.^a edição revista e aumentada, São Paulo, Cultrix.

VI. Obras de linguística

CUNHA, Celso Ferreira da

1999, *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, Lisboa, Sá da Costa.

CUNHA, Celso Ferreira da e CINTRA, Luís F. Lindley

1984, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda

1986, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2.^a edição revista e aumentada, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles

2001, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Objetiva.

PINTO, Edith Pimentel

1978-1981, *O Português do Brasil – Textos Críticos e Teóricos. Fontes para a teoria e a história*, Rio de Janeiro / São Paulo, Livros Técnicos e Científicos / EDUSP, 2 vols.

SILVA NETO, Serafim da

1963, *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, INL.

VII. Visões de conjunto de géneros ou espécies

BANDEIRA, MANUEL

1957, *Apresentação da Poesia Brasileira*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil.

CACCIAGLIA, Mario

1986, *Pequena História do Teatro no Brasil*, São Paulo, EDUSP.

CASCUDO, Luís da Câmara

1984, *Literatura Oral no Brasil*, 3.^a ed., Belo Horizonte / São Paulo, Itatiaia / EDUSP.

GONÇALVES, Augusto de Freitas Lopes

1975, *Dicionário Histórico e Literário do Teatro no Brasil*, Rio de Janeiro, Cátedra, 3 vols.

LINHARES, Temístocles

1987, *História Crítica do Romance Brasileiro*, Belo Horizonte, Itatiaia, 3 vols.

MARTINS, Wilson

1983, *A Crítica Literária no Brasil*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2 vols.

PEREIRA, Lucia Miguel

1973, *História da Literatura Brasileira – Prosa de Ficção de 1870 a 1920*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, José Olympio / MEC.

SOUSA, J. Galante de

1960, *O Teatro no Brasil*, Rio de Janeiro, INL, 2 vols.

VIII. Obras de referência

AZEVEDO, Fernando de

1996, *A Cultura Brasileira – Introdução ao estudo da cultura no Brasil*, 6.^a ed., Rio de Janeiro, Edições UFRJ.

BANDECCHI, Basil; ARROYO, Leonardo; ROSA, Ubiratan; COSTA, João Ribas da
1976, *Dicionário de História do Brasil*, 4.^a ed., São Paulo, Melhoramentos.

BENNASSAR, Bartolomé e MARIN, Richard
2000, *História do Brasil – 1500-2000*, Lisboa, Teorema.

CASCUDO, Luís da Câmara
1980, *Dicionário do Folclore Brasileiro*, 5.^a edição revista e aumentada, São Paulo, Melhoramentos.

1976, *Geografia dos Mitos Brasileiros*, 2.^a ed., Brasília, INL.

COELHO, Marcos de Amorim
1988, *Geografia do Brasil*, 2.^a ed., São Paulo, Editora Moderna.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel
1980, *Etnias e Culturas no Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora.

HALLEWELL, Laurence
1985, *O Livro no Brasil*, São Paulo, T. A. Queiroz / EDUSP.

HOLANDA, Sérgio Buarque de
1982, *Raízes do Brasil*, pref. de Antonio Candido; 15.^a ed., Rio de Janeiro, José Olympio.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.)
1993, *História Geral da Civilização Brasileira*, 7.^a ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 11 vols.

LEITE, Dante Moreira
1976, *O Carácter Nacional Brasileiro*, 3.^a ed., São Paulo, Pioneira.

MARCONDES, Marcos António (ed.)

1998, *Enciclopédia da Música Brasileira – Erudita, folclórica, popular*, 2.^a edição revista e atualizada, São Paulo, ART / Itaú Cultural.

MARTINS, Wilson

1977-1979, *História da Inteligência Brasileira*, São Paulo, Cultrix / EDUSP, 7 vols. (reed. por T. A. Queiroz, São Paulo).

PAIM, António

1991, *A Filosofia Brasileira*, Lisboa, ICALP.

PEREIRA, Paulo Roberto (org.)

2001, *Brasiliana da Biblioteca Nacional – Guia das fontes sobre o Brasil*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional / Nova Fronteira.

PRADO JÚNIOR, Caio

1974, *História Econômica do Brasil*, 17.^a ed., São Paulo, Brasiliense.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.)

1994, *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo.

IX. Alguns *links*

1. Literatura brasileira *on-line*

Biblioteca Virtual

<http://www.bibliotecavirtual.org.br>

Biblioteca eletrônica de literatura Brasileira

<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/literat.html>

Jornal de Poesia

<http://www.secrel.com.br/jpoesia/poesia.html>

Releituras

<http://www.releituras.com/releituras.asp>

2. Livrarias

Saraiva (livros, discos e filmes)

<http://www.livrariasaraiva.com.br>

3. Editoras

Agir

<http://www.agireditora.com.br>

Ática

<http://www.atica.com.br>

Civilização Brasileira

<http://www.editoras.com/civbrasileira>

Companhia das Letras

<http://www.companhiadasletras.com.br>

Globo

<http://editoraglobo.globo.com>

José Olympio

<http://www.editoras.com/joseolympio>

Martins Fontes

<http://www.martinsfontes.com.br/home.asp>

Nova Fronteira

<http://www.novafrenteira.com.br>

Record

<http://www.record.com.br/sys/lancamentos.asp>

4. Instituições literárias

Academia Brasileira de Letras

<http://www.academia.org.br>

Biblioteca Nacional (do Rio de Janeiro)

<http://www.bn.br>

Fundação Casa de Rui Barbosa

<http://www.casaruibarbosa.gov.br>

5. Jornais

Jornal do Brasil

<http://jbonline.terra.com.br/index1.html>

O Estado de São Paulo

<http://www.estado.estadao.com.br>

O Globo

<http://oglobo.globo.com>

6. Revistas

Época

<http://revistaepoca.globo.com>

Isto É

<http://www.terra.com.br/istoe>

Veja

<http://vejaonline.abril.com.br>

III. CONTEÚDOS E BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

0. Apresentarei neste capítulo uma síntese do conteúdo dos sete itens do programa proposto, sugerindo também a sua distribuição pelos tempos lectivos.

A primeira aula, como já tive oportunidade de dizer, será dedicada à apresentação da cadeira e do programa, com a indicação dos seus objectivos e dos modos de abordagem dos conteúdos. Contemplará ainda o comentário da bibliografia geral e da bibliografia específica referente ao primeiro ponto. Por fim, será feita uma exposição sobre as modalidades de avaliação por que o aluno pode optar.

I.1. Nas três aulas seguintes serão abordados os dois itens do ponto I (Introdução ao estudo da literatura brasileira). Em relação ao primeiro deles – O Brasil e a sociedade e a cultura brasileiras –, começarei por fazer uma apresentação sumária do Brasil actual, caracterizando-o do ponto de vista geográfico, económico, político, social e cultural. Num segundo momento, tentarei fazer uma síntese da história do Brasil, identificando os seus principais momentos e detendo-me na questão – ainda hoje não isenta de controvérsia – da origem da sua população. Esboçarei ainda uma caracterização mínima dos principais grupos indígenas, que terá também utilidade para a abordagem do ponto II.1.

I.2. O estudo do segundo item – A questão da literatura nacional brasileira – impõe como condição prévia uma reflexão sobre os conceitos de literatura e de nação. Depois disso, e tomando como base a proposta de Antonio Candido⁸ – retomada e reformulada por Fernando Cristóvão –, passarei à abordagem dos conceitos de literatura nacional e de

⁸ Dispensar-me-ei de anotar as referências bibliográficas, dado que elas podem ser facilmente encontradas no final deste capítulo.

literatura brasileira. Para isso, começarei por mostrar como os critérios que têm sido apontados – o linguístico, o temático-estilístico, o jurídico-político, o histórico-geográfico – são insuficientes, mesmo quando tomados em conjunto, para fundamentar uma literatura nacional. Chamando depois a atenção para a dificuldade acrescida de uma literatura feita em contexto colonial se afirmar como nacional, considerarei a distinção feita por Candido entre manifestações literárias e literatura como sistema ligado a uma nação, mostrando como só na segunda metade do século XVIII o Brasil começa a passar das primeiras para a segunda. Com base nos dois autores mencionados, proporei como conclusão que a literatura produzida no Brasil até essa época pertence tanto à literatura portuguesa, dado que se realiza no seu espaço comunicativo, como à brasileira, neste caso como parte de uma tradição fundadora. Poderei assim defender a falta de sentido da velha discussão de saber quem foi o ‘fundador’ da literatura brasileira. Encerrando o estudo deste item, haverá ainda lugar para um tratamento introdutório da periodologia da literatura brasileira.

II. As quinze aulas seguintes serão dedicadas ao segundo ponto do programa: O processo de constituição de uma tradição literária nacional: alguns textos, autores e momentos relevantes.

II.1. O primeiro dos seus quatro itens – A *Carta* de Pero Vaz de Caminha e a literatura informativa sobre a terra – será abordado em três aulas. Começando por destacar a importância histórica e cultural da *Carta*, farei em seguida uma breve história do texto, que terminará com o comentário das suas edições mais recentes. De forma breve, referir-me-ei depois à viagem de Cabral e debatarei – à luz dos estudos de Jorge Couto e Max Justo Guedes referidos na bibliografia – a questão da intencionalidade da ‘descoberta’ do Brasil. Antes de entrar no estudo do texto, apresentarei os dados biográficos conhecidos de Pero Vaz de Caminha, discutindo a leitura que deles tem sido feita por autores como Jaime Cortesão. O comentário da *Carta* será precedido de uma reflexão sobre a literatura de viagens e sobre a questão dos géneros. O contacto directo com o texto procurará avaliar a visão de Caminha a respeito da terra, dos traços físicos e civilizacionais do indígena e da forma como decorre o contacto entre os dois povos. Numa síntese final, serão discuti-

das as leituras desses aspectos que autores tão diversos como Cortesão, Margarida Barradas de Carvalho, Luís Filipe Barreto, António Pedro Pires ou Mário Chamie dela propuseram.

II.2. Serão também três as aulas previstas para o segundo item: A poesia lírica do P.^e José de Anchieta. Começarei por fazer uma síntese sobre as condições históricas do Brasil ao longo da primeira metade do século XVI, destacando o falhanço do modelo de colonização apoiado nas capitánias e o relativo abandono a que a nova terra esteve votada. Destacarei a importância do estabelecimento, em 1549, em Salvador, do governo-geral e a chegada com Tomé de Sousa dos primeiros jesuítas, entre os quais o P.^e Manuel da Nóbrega. Falarei também da literatura produzida no Brasil ao longo desta época, maioritariamente dominada por um propósito informativo, centrado tanto na terra como no indígena, e devida a viajantes, colonos – portugueses e estrangeiros⁹ – e jesuítas. Passando depois a Anchieta, começarei por apresentar uma síntese da sua biografia, destacando a sua importante actividade de missão exercida ao longo de 44 anos de Brasil. Darei conta do carácter multifacetado da sua obra, fazendo um comentário sobre as várias línguas e linguagens a que recorre, para usar uma expressão de Alfredo Bosi no ensaio indicado na bibliografia. Aproveitarei a oportunidade para fazer uma breve análise de um poema sobre o jesuíta de escrito por uma autora moderna: «História de Anchieta»¹⁰, de Cecília Meireles. Passando finalmente à poesia lírica em português, que é o objecto deste ponto do programa, discutirei a avaliação que dela tem sido feita pela historiografia e pela crítica e acentuarei a sua feição medieval. Após fazer uma breve referência à problemática textual desta parte da obra de Anchieta, comentarei dois poemas: «Em Deus, meu cria-

⁹ Um dos mais conhecidos e mais susceptíveis de atrair o interesse dos alunos é o alemão Hans Staden, autor de *Warhafring Historia und Beschreibung eyner Landschafft*, publicada em 1557. Há várias edições recentes deste texto: a da Academia Brasileira de Letras, de 1988; a da Itatiaia, do mesmo ano; e da Beca, de São Paulo, saída em 2000. Recorde-se que a obra foi adaptada em 1999 ao cinema por Luiz Alberto Gal Pereira, numa produção luso-brasileira intitulada *Hans Standen*.

¹⁰ Pertence ao livro póstumo (e incompleto) *Crónica Trovada da Cidade de Sam Sebastian no quarto centenário da sua fundação pelo capitam-mor Estácio de Saa* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1965).

dor» e «O pelote domingueiro», o primeiro representativo de uma abordagem mais pessoal da fé, o segundo um *contrafactum* de base alegórica com curiosas notas de sátira social.

II.3. Dedicado a Gregório de Matos, este item ocupará cinco aulas. De forma sintética, começarei por abordar as condições históricas do Brasil do século XVII. Passarei depois a uma exposição sobre a estética e a poética barrocas, destacando a matriz espanhola do barroco português. A apresentação de Gregório de Matos, começará pelos aspectos biográficos, domínio em que a historiografia literária brasileira tem andado equivocada, desconhecendo os contributos – já não muito recentes – trazidos por Fernando da Rocha Peres em obra citada na bibliografia. Seguir-se-á a abordagem dos dois pontos que têm justificado, no dizer de Antônio Dimas, que Gregório, mais do que um poeta, seja uma polémica: por um lado, os problemas autorais e textuais da obra que lhe anda atribuída; por outro, a diversidade de leituras que essa obra – sobretudo na sua vertente satírica – tem suscitado. Apoiando-me nos trabalhos de João Carlos Teixeira Gomes e de João Adolfo Hansen, procurarei mostrar como a obra gregoriana não pode ser bem lida fora do modelo barroco peninsular e que o discurso satírico está longe de representar uma oposição aos poderes instituídos, não tendo o carácter transgressor, libertador ou – sob outro ponto de vista – ‘original’ ou ‘moderno’ que muitos comentadores nele têm visto. Os textos a estudar serão representativos das diversas facetas – temáticas, poemáticas, estilísticas – da obra de Gregório de Matos. Um leque possível, a comentar com um grau de detalhe diferenciado, seria constituído pelos sonetos «Ofendi-vos, meu Deus, é bem verdade» e «O todo sem a parte não é todo», pelo poema em tercetos «Eu sou aquele que os passados anos», pelos sonetos «Discreta e formosíssima Maria» e «Neste mundo é mais rico o que mais rapa» e pelo poema em décimas «Reverendo Frei Sovela».

II.4. No último item deste segundo ponto do programa será estudada, ao longo de quatro aulas, a poesia lírica de Tomás António Gonzaga. À semelhança dos pontos anteriores, a sua abordagem será precedida de uma contextualização histórico-cultural que dê conta das importantes transformações por que passam Portugal e Brasil na segunda metade do século XVIII e de alguns dos acontecimentos decisivos, como a Inconfidência Mineira. Impõe-se também uma reflexão sobre os fundamentos doutrinários do neoclassi-

cismo literário luso-brasileiro, identificando nele três vertentes, nem sempre homogêneas: neoclássica propriamente dita, iluminista e arcádica. Farei depois uma referência à chamada plêiade mineira e aos seus principais membros, salientando o seu papel na afirmação de uma literatura que começa a assumir a forma de sistema e a querer-se distinta da portuguesa. Passando a Gonzaga, darei a conhecer os principais dados da sua biografia e falarei da leitura equivocada – ou mitificadora – que durante muito tempo deles foi feita. Comentarei também as linhas gerais da sua obra, incluindo as *Cartas Chilenas*, cujas dúvidas de autoria são de há muito residuais. Relativamente a *Marília de Dirceu*, abordarei a questão textual, fazendo depois um comentário crítico sobre as principais posições da crítica luso-brasileira, nomeadamente as assumidas por Antonio Candido, Jorge Osório e Fernando Cristóvão. Identificando como questões centrais a avaliação da suposta modernidade da lírica gonzaguiana e o seu alegado carácter de transição do neoclassicismo para o pré-romantismo, aproveitarei as aulas práticas – dedicadas ao comentário de poemas – para aprofundar a discussão. Um leque possível de textos a estudar, de modo mais ou menos pormenorizado, seria constituído pelas líras I,1 («Eu, Marília, não sou algum vaqueiro»), I, 5 («Acaso são estes»), I, 28 («Cupido, tirando»), I, 27 («Alexandre, Marília, qual o rio»), II, 2 («Esprema a vil calúnia muito embora») e III, 3 («Tu não verás, Marília, cem cativos»).

III. Este ponto será tratado em cinco aulas e servirá para destacar o papel do romantismo como movimento decisivo de afirmação de uma literatura nacional brasileira. Começando por uma contextualização histórica, destacarei as consequências decisivas da independência do Brasil. Passarei depois a caracterizar o romantismo brasileiro no seu todo, chamando a atenção para o aparecimento da historiografia e da crítica literárias e para a afirmação de novos géneros, como a novela e o romance, o teatro ou a crónica. Terminarei com uma breve apresentação das três fases em que habitualmente este movimento é dividido. Quanto a José de Alencar, farei uma síntese rápida da sua vida (e das polémicas em que se envolveu), apresentando depois uma visão do conjunto da sua obra e da panorâmica social e histórica do Brasil que ela nos oferece. Procurando avaliá-la criticamente, discutirei a proposta de Antonio Candido dos “três Alencares”. O estudo de *Iracema* começará por uma exposição sobre a temática do indianismo no período român-

tico e sobre as tentativas anteriores do seu tratamento literário, designadamente *A Confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães. Farei posteriormente uma crítica global da obra, avaliando o seu propósito declarado de contribuir para a formação de uma literatura nativamente brasileira de inspiração e de forma e discutindo o modo como nela se articulam vectores em aparência contraditórios: histórico/mítico, regional/nacional, romanesco/poético. Falarei ainda das suas fontes, com particular destaque para o *Átala* de Chateaubriand, e farei um comentário preliminar sobre o seu estilo. O estudo prático da obra começará por contemplar os dois paratextos – a carta-prefácio e o prólogo –, detendo-se depois em momentos nucleares que permitam esclarecer melhor as questões colocadas nas aulas teóricas.

IV. Nas cinco aulas seguintes será abordado o último ponto do programa: A arte do conto em Machado de Assis. Após uma breve caracterização histórico-cultural da segunda metade do século XIX, apresentarei esta figura de primeiro grande clássico da literatura brasileira, começando por fazer uma referência breve aos principais dados da sua vida. Esboçarei de seguida uma caracterização de conjunto da sua obra, centrada na ficção, destacando os traços mais marcantes da idiossincrasia literária do autor, a autêntica revolução por ele operada em diversos aspectos da técnica narrativa e as características do seu estilo. Discutirei ainda as duas fases em que costuma ser dividida a sua obra. Farei depois uma exposição sobre a teoria do conto, para posteriormente tentar mostrar que o modo como Machado – sobretudo na sua fase dita de maturidade – o praticou foge às formulações mais comuns e escapa a uma apreensão imediata. As aulas práticas aprofundarão essa reflexão, concentrando-se na análise pormenorizada de dois ou três textos exemplificativos de temas, modelos narrativos, estilos diferentes, que poderão ser «A causa secreta», «Teoria do Medalhão» e «O Enfermeiro».

5. Encerrando este capítulo, apresento agora uma proposta de bibliografia específica para cada item do programa. Podendo parecer longa, ela está longe de ser exaustiva, o que aliás não faria sentido atendendo à tipologia da cadeira e dos alunos que a frequentam. Com variações que dependem da especificidade de cada item, a bibliografia que proponho está quase sempre repartida por dois blocos: um primeiro sobre a estética ou o

género em causa, dividido em bibliografia activa e passiva; um segundo sobre o autor e/ou o texto que será objecto de estudo, estruturado de modo semelhante. Nos casos em que a bibliografia geral se mostre insuficiente, são também indicadas obras sobre o contexto histórico-cultural.

Apesar dos cuidados postos na elaboração desta bibliografia, ela não dispensa – como já tive oportunidade de dizer a propósito da bibliografia geral – o comentário do docente, tanto na aula como em sessões de atendimento individual.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

I. Introdução ao estudo da literatura brasileira

1. O Brasil e a sociedade e a cultura brasileiras

BANDECCHI, Basil; ARROYO, Leonardo; ROSA, Ubiratan; COSTA, João Ribas da
1976, *Dicionário de História do Brasil*, 4.^a ed., São Paulo, Melhoramentos.

BENNASSAR, Bartolomé e MARIN, Richard
2000, *História do Brasil – 1500-2000*, Lisboa, Teorema.

COELHO, Marcos de Amorim
1988, *Geografia do Brasil*, 2.^a ed., São Paulo, Editora Moderna.

CUNHA, Celso
1999, *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, Lisboa, Sá da Costa.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel
1980, *Etnias e Culturas no Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.)

1993, *História Geral da Civilização Brasileira*, 7.^a ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 11 vols.

LEITE, Dante Moreira

1976, *O Carácter Nacional Brasileiro*, 3.^a ed., São Paulo, Pioneira.

MARTINS, Wilson

1977-1979, *História da Inteligência Brasileira*, São Paulo, Cultrix / EDUSP, 7 vols. (reed. por T.A. Queiroz, São Paulo).

ORTIZ, Renato

1985, *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense.

PEREIRA, Paulo Roberto (org.)

2001, *Brasiliana da Biblioteca Nacional – Guia das fontes sobre o Brasil*, Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional / Nova Fronteira.

PINTO, Edith Pimentel

1978-1981, *O Português do Brasil – Textos Críticos e Teóricos. Fontes para a teoria e a história*, Rio de Janeiro / São Paulo, Livros Técnicos e Científicos / EDUSP, 2 vols.

PRADO JÚNIOR, Caio

1974, *História Econômica do Brasil*, 17.^a ed., São Paulo, Brasiliense.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.)

1994, *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo.

SILVA NETO, Serafim da

1963, *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, INL.

2. A questão da literatura nacional brasileira

CANDIDO, Antonio

1997, «Introdução», in *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)*
– 1.º volume (1750-1836), 8.ª ed., Belo Horizonte, Itatiaia.

COUTINHO, Afrânio

1981, *Conceito de Literatura Brasileira*, Petrópolis, Vozes.

CRISTÓVÃO, Fernando

1983, «A literatura como sistema nacional», in *Cruzeiro do Sul a Norte*, Lisboa,
IN-CM.

PORTELLA, Eduardo

1981, *Literatura e Realidade Nacional*, 4.ª ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

SALLES, Fritz Teixeira de

1973, *Literatura e Consciência Nacional*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial.

TOLEDO, Dionysio

2000, «Reflexões sobre a noção de literatura brasileira», in SARAIVA, Arnaldo e
TOPA, Francisco (org.) – *Literatura Brasileira em Questão – Actas do II Con-*
gresso Português de Literatura Brasileira (8 a 10 de Maio de 1997), Porto, Cen-
tro de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras.

II. O processo de constituição de uma tradição literária nacional

1. A *Carta de Pero Vaz de Caminha* e a literatura informativa sobre a terra

1. Edições recentes da *Carta*

2000, *O Descobrimento do Brasil nos Textos de 1500 a 1571*, org. de José Manuel Garcia; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

2000, *A carta de Pêro Vaz de Caminha*, coord. de Joaquim Romero de Magalhães e João Paulo Salvado; revisão de José Virgílio Pissarra; Lisboa, CNCDP.

1999, *Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil*, org., introdução, comentário, notas e bibliografia de Paulo Roberto Pereira; Rio de Janeiro, Lacerda.

2. Estudos

2.1. Sobre a literatura de viagens

CRISTÓVÃO, Fernando

1999, «Introdução. Para uma teoria da Literatura de Viagens», in Idem (coord.) – *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens – Estudos e bibliografias*, Lisboa, Cosmos.

FALCÃO, Ana Margarida *et aliae* (org.)

1997, *Literatura de Viagem – Narrativa, história, mito*, Lisboa, Cosmos.

SEIXO, Maria Alzira (org.)

1997, *A Viagem na Literatura*, Mem Martins, Europa-América.

SEIXO, Maria Alzira

1998, *Poéticas da Viagem na Literatura*, Lisboa, Cosmos.

2.2. Sobre a *Carta*

AAVV

1996, *Anais do Seminário Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha*, Edição especial da Revista «FESPI», Itabuna, Universidade Estadual de Santa Cruz.

AZEVEDO, Ana Maria de

1999, «O Índio brasileiro (o ‘olhar’ quinhentista e seiscentista)», in CRISTÓVÃO, Fernando (Coord.) – *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens – Estudos e bibliografias*, ed. cit..

BARRETO, Luís Filipe

1983, «O nascimento da imagem do Brasil e do Índio», in *Descobrimientos e Renascimento – Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*, 2.^a ed., Lisboa, IN-CM.

CARVALHO, Margarida Barradas de

1960, *L’Idéologie Religieuse dans la ‘Carta’ de Pero Vaz de Caminha*, Lisboa, Bertrand (Sep. do «Bulletin des Études Portugaises», vol. 22).

CHAMIE, Mário

2002, *Caminhos da Carta: Uma leitura antropofágica da Carta de Pero Vaz de Caminha*, Ribeirão Preto, Fundação de Pesquisas Científicas de Ribeirão Preto.

CORTESÃO, Jaime

1994, *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*, Lisboa, IN-CM.

COUTO, Jorge

1997, *A Construção do Brasil – Ameríndios, portugueses e africanos, do início do povoamento a finais de Quinhentos*, 2.^a ed., Lisboa, Cosmos.

DIAS, José Sebastião da Silva

1988, *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do século XVI*, 3.^a ed., Lisboa, Presença.

GUEDES, Max Justo

1999, «O descobrimento do Brasil», in *Oceanos*, n.º 39 – O Achamento do Brasil, Lisboa, CNCDP, Julho-Setembro.

GUERREIRO, Manuel Viegas

1992, *A Carta de Pero Vaz de Caminha lida por um Etnógrafo*, Lisboa, Cosmos.

HOLANDA, Sérgio Buarque de

1996, *Visão do Paraíso – Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, 6.^a ed., São Paulo, Brasiliense.

MARGARIDO, Alfredo

1984, *La vision de l'autre (Africain et Indien d'Amérique) dans la Renaissance portugaise*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais (Sep. de «L'Humanisme Portugais et l'Europe – Actes du XX^{ème} Colloque International d'Etudes Humanistes», 1984).

PIRES, António Pedro

1980, *Vida e Morte nas Terras do Pau-brasil e do Açúcar – Ensaio antropológico sobre a Carta de Pero Vaz de Caminha*, Lisboa, A Regra do Jogo.

RAMINELLI, Ronald

1996, *Imagens da Colonização – A representação do índio de Caminha a Vieira*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

SEIXO, Maria Alzira

1992, «A 'Carta de Pero Vaz de Caminha' e a questão dos gêneros literários», in *XIII Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa*, Rio de Janeiro, UFRJ.

2. A poesia lírica do P.^o José de Anchieta

1. Edições

1.1. De conjunto

1983, *As Poesias de Anchieta em Português*, edição de Leodegário A. de Azevedo Filho e Sílvio Elia; Rio de Janeiro / Brasília, Antares / INL.

2000, *Poesias Completas*, transcrições, traduções e notas de M. de Lourdes de Paula Martins; Belo Horizonte, Itatiaia.

1997, *Poemas – Lírica Portuguesa e Tupi*, estabelecimento de texto, iconografia e tradução dos textos em tupi por Eduardo de Almeida Navarro e Helder Perri Ferreira; São Paulo, Martins Fontes.

1.2. Antologias

1982, *José de Anchieta – Poesia*, org. de Eduardo Portella; 4.^a ed., Rio de Janeiro, Agir.

1997, *Anchieta – Vida e pensamentos*, org. de Eduardo de Almeida Navarro; São Paulo, Editora Martin Claret.

1.3. Outras obras

1988, *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*, Belo Horizonte / São Paulo, Itatiaia / EDUSP.

1977, *Teatro de Anchieta*, edição de Armando Cardoso; São Paulo, Loyola.

2. Estudos

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de

1962, *A Poética de Anchieta*, Rio de Janeiro, Germasa.

1966, *Anchieta, a Idade Média e o Barroco*, Rio de Janeiro, Germasa.

1980, «'Da vaidade das cousas do mundo' – Uma seguidilha de Anchieta», in *Colóquio/Letras*, n.º 56, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Julho.

BOSI, Alfredo

1995, «Anchieta ou as flechas opostas do sagrado», in *Dialética da Colonização*, 3.ª ed., São Paulo, Companhia das Letras.

COUTINHO, Afrânio

1983, «Anchieta, o santo da Literatura Brasileira», in *O Processo da Descolonização Literária*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

JATOBÁ, Tânia

1979, «Anchieta: Compromisso e produção literária», in CASTRO, Manuel Antônio de (org.) – «Origens da Literatura Brasileira», Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

LEITE, Serafim

2000, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. II, Belo Horizonte, Itatiaia.

LIMA, Luís Soares de

1993, «Anchieta: O poliglota, o gramático e o escritor nos nossos começos», in AAVV – *Estudos Universitários de Língua e Literatura – Homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

NÓBREGA, Mello

1965, «Situação literária de Anchieta», in AAVV – *Anchietana*, São Paulo, Comissão Nacional para as Comemorações do “Dia de Anchieta”.

PAES, José Paulo

s/d, «O sapateiro e o canário», in *Mistério em Casa*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura.

3. A obra poética de Gregório de Matos

1. Sobre o barroco

1.1. Antologias de poesia barroca

1996, *Antologia da Poesia Espanhola do “Siglo de Oro” – Segundo volume: Barroco*, sel., trad., prólogo e notas de José Bento; Lisboa, Assírio & Alvim.

2002, *Poesia Seiscentista – Fênix Renascida & Postilhão de Apolo*, org. de Alcir Pécora; introdução de João Adolfo Hansen; São Paulo, Hedra.

1.2. Estudos sobre o barroco

AAVV

2002, *História da Literatura Portuguesa – Vol. 3: Da época barroca ao pré-romantismo*, Lisboa, Alfa.

ALONSO, Dámaso

1962, *Del Siglo de Oro a Este Siglo de Siglas*, Madrid, Gredos.

CASTRO, Aníbal Pinto de

1973, *Retórica e Teorização Literária em Portugal – Do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos.

COUTINHO, Afrânio

1993, «O barroco e a mestiçagem americana», in AAVV – *Estudos Universitários de Língua e Literatura – Homenagem ao Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

HATHERLY, Ana

1997, *O Ladrão Cristalino – Aspectos do imaginário barroco*, Lisboa, Cosmos.

MARAVALL, José Antonio

1996, *La Cultura del Barroco – Análisis de una estructura histórica*, 6.^a ed., Barcelona, Ariel.

MOISÉS, Massaud

1997, *As Estéticas Literárias em Portugal – Séculos XIV a XVIII*, Lisboa, Caminho.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves

1996, *Xadrez de Palavras – Estudos de literatura barroca*, Lisboa, Cosmos.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves e CARVALHO, José Adriano de (org.)

2001, *História Crítica da Literatura Portuguesa – Vol. III: Maneirismo e Barroco*, Lisboa, Verbo.

RICO, Francisco e WARDROPPER, Bruce W.

1983, *Historia y Crítica de la Literatura Española – III – Siglo de Oro: Barroco*, Barcelona, Crítica.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e

1971, *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos.

2. Sobre o poeta e a sua obra

2.1. Edições

2.1.1. Edição de conjunto

1990, *Obra Poética*, edição de James Amado; preparação e notas de Emanuel Araújo; Rio de Janeiro, Record, 2 vols.

2.1.2. Edições parcelares ou antológicas

1999, *Edição Crítica da Obra Poética de Gregório de Matos – Vol. II: Edição dos Sonetos*, edição de Francisco Topa; Porto, Edição do Autor.

1989, *Se Souberas Falar Também Falaras – Antologia poética*, org., sel., estudo e notas de Gilberto Mendonça Teles; Lisboa, IN-CM.

2000, *Os Melhores Poemas de Gregório de Matos*, sel. de Darcy Damasceno; 5.^a ed., São Paulo, Global.

1999, *Poemas Escolhidos*, sel., introdução e notas de José Miguel Wisnik; 7.^a ed., São Paulo, Cultrix.

2.2. Estudos

BOSI, Alfredo

1995, «Do antigo estado à máquina mercante», in *Dialética da Colonização*, 3.^a ed., São Paulo, Companhia das Letras.

CAMPOS, Haroldo de

1989, *O Seqüestro do Barroco na Formação da Literatura Brasileira – O caso Gregório de Matos*, Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado.

CHOCIAY, Rogério

1993, *Os Metros do Boca – Teoria do verso em Gregório de Matos*, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.

COSTIGAN, Lúcia Helena

1990, «De Gregório a Gonzaga: Nativismo ou conservadorismo?», in *Luso-Brazilian Review*, vol. 27, n.º 2, Madison, The University of Wisconsin Press.

DIAS, Angela Maria

1981, *O Resgate da Dissonância – Sátira e projeto literário brasileiro*, Rio de Janeiro, Antares / Inelivro.

DIMAS, Antônio

1993, «Gregório de Matos: Poesia e controvérsia», in PIZARRO, Ana (org.) – *América Latina: Palavra, literatura e cultura – Volume 1: A situação colonial*, São Paulo / Campinas, Memorial / UNICAMP.

ESPÍNOLA, Adriano

2000, *As Artes de Enganar – Um estudo das máscaras poéticas e biográficas de Gregório de Mattos*, Rio de Janeiro, Topbooks.

GOMES, João Carlos Teixeira

1985, *Gregório de Matos, o Boca de Brasa – Um estudo de plágio e criação intertextual*, Petrópolis, Vozes.

HANSEN, João Adolfo

1989, *A Sátira e o Engenho – Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*, São Paulo, Companhia das Letras / Secretaria de Estado da Cultura.

KOSHIBA, Luiz

1984, «Conservadorismo e radicalidade na poesia de Gregório de Matos», in *Revista de História*, n.º 116 (Nova Série), São Paulo, USP, Janeiro-Junho.

MARTINS, Wilson

1977, «O caso Gregório de Matos», in *História da Inteligência Brasileira*, vol. I, 2.ª ed., São Paulo, Cultrix.

PERES, Fernando da Rocha

1983, *Gregório de Mattos e Guerra: Uma re-visão biográfica*, pref. de Antônio Houaiss, Salvador, Macunaíma.

PERES, Fernando da Rocha (org.)

2000, *Gregório de Mattos – O poeta renasce a cada ano*, Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado / Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia.

PORTELLA, Eduardo

1976, «Gregório de Matos (Maneirismo e Barroco)», in *Tempo Brasileiro*, n.º 45-46, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Abril-Setembro.

SALLES, Fritz Teixeira de

1975, *Poesia e Protesto em Gregório de Matos*, Belo Horizonte, Interlivros.

4. O pastor sobrevivente: a poesia lírica de Tomás António Gonzaga

1. Sobre o neoclassicismo

1.1. Antologias

1982, *Neoclassicismo – Uma visão temática*, org. de Heitor Martins; Brasília, Academia Brasiliense de Letras.

1989, *Os Poetas da Inconfidência*, org. e sel. de José Lino Grünewald; Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

1.2. Estudos

AAVV

2002, *História da Literatura Portuguesa – Vol. 3: Da época barroca ao pré-romantismo*, Lisboa, Alfa.

CASTRO, Aníbal Pinto de

1973, *Retórica e Teorização Literária em Portugal – Do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos.

LUCAS, Fábio

1998, «A musa iluminada dos poetas mineiros do século XVIII», in *Luzes e Trevas – Minas Gerais no século XVIII*, Editora UFMG.

2. Sobre a Inconfidência Mineira

MAXWELL, Kenneth

1985, *A Devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.

3. Sobre o poeta e a sua obra

3.1. Edições

3.1.1. Edições de conjunto

1957, *Obras Completas de Tomás Antônio Gonzaga – I: Poesias; Cartas Chilenas*, edição crítica de M. Rodrigues Lapa; Rio de Janeiro, INL.

1992, *Marília de Dirceu*, Edição do bicentenário (1792-1992), pref. e notas, estabelecimento do texto, cronologia da vida e da obra por Melânia Silva de Aguiar; Rio de Janeiro / Belo Horizonte, Garnier.

1996, *A Poesia dos Inconfidentes – Poesia completa de Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto*, org. de Domício Proença Filho; Rio de Janeiro, Nova Aguilar.

3.1.2. Antologias

1990, *Tomás Antônio Gonzaga – Poesia*, org. de Lúcia Helena; 2.^a ed., Rio de Janeiro, Agir.

2000, *Os Melhores Poemas de Tomás António Gonzaga*, org. de Alexandre Eulálio; 5.^a ed., São Paulo, Global.

3.2. Estudos

CANDIDO, Antonio

1997, «Naturalidade e individualismo de Gonzaga», in *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos) – 1.º volume (1750-1836)*, 8.^a ed., Belo Horizonte, Itatiaia.

COELHO, Jacinto do Prado

1959, *A Musa Negra de Pina e Melo e as Origens do Pré-romantismo Português*, Lisboa (Sep. «Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, vol. 7, 1959).

CRISTOVÃO, Fernando

1981, *Marília de Dirceu de Tomás António Gonzaga ou a poesia como imitação e pintura*, Lisboa, IN-CM.

GONÇALVES, Adelto

1999, *Gonzaga, um Poeta do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

MAFFRE, Claude

1980, «‘Marília de Dirceu’: De l’academisme au preromantisme», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XIV, Lisboa / Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.

OSOÓRIO, Jorge Alves

1979, *Sentido e Forma em Tomás António Gonzaga – A propósito do seu horacianismo*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, (Sep. de «Revista de História», vol. II, 1979).

III. *Iracema* e o projecto de afirmação de uma literatura nacional brasileira

1. Edições

1.1. De *Iracema*

1965, *Iracema – Lenda do Ceará*, Edição do centenário, org. de M. Cavalcanti Proença; introdução, notas e estudos críticos de M. C. Proença e outros autores; Rio de Janeiro, José Olympio.

1994, *Iracema e Cartas sobre ‘A Confederação dos Tamoios’ – Lenda do Ceará*, estudo crítico de Maria Aparecida Ribeiro; Coimbra, Almedina.

1.2. Antologia

2000, *José de Alencar*, introdução e sel. de Mário de Alencar; Rio de Janeiro, Garnier.

1.3. De conjunto

1958-1960, *Obra Completa*, introdução geral de M. Cavalcanti Proença; Rio de Janeiro, Aguilar, 4 vols.

2. Estudos

2.1. Sobre o Romantismo

PARANHOS, Haroldo

1937-1938, *História do Romantismo no Brasil*, São Paulo, Cultura Brasileira, 2 vols.

2.2. Sobre o autor e a obra

AMORA, António Soares

1966, «*Iracema – Um romance de atmosfera*», in *Classicismo e Romantismo no Brasil*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura.

BOSI, Alfredo

1995, «Um mito sacrificial: O indianismo de Alencar», in *Dialética da Colonização*, 3.^a ed., São Paulo, Companhia das Letras.

CANDIDO, Antonio

1997, «Os três Alencares», in *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos) – 2.^o volume (1836-1880)*, 8.^a ed., Belo Horizonte, Itatiaia.

DRIVER, David Miller

1942, «Chief exponents of Indianism in the Romantic Period», in *The Indian in Brazilian Literature*, New York, Hispanic Institute in the United States.

GOMES, Eugênio

1958, «José de Alencar», in *Aspectos do Romance Brasileiro*, Bahia, Publicações da Universidade da Bahia.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo

1977, *José de Alencar e a sua Época*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

PINTO, Maria Cecília de Moraes

1995, *A Vida Selvagem – Paralelo entre Chateaubriand e Alencar*, São Paulo, Annablume.

PROENÇA, M. Cavalcanti

1972, *José de Alencar na Literatura Brasileira*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

RIBEIRO, Maria Aparecida

1994, «José de Alencar e a afirmação da brasilidade», in *Literatura Brasileira*, Lisboa, Universidade Aberta.

1995, «O gavião e a naceja: A transfiguração da História em *Iracema*», in *Biblos – Revista da Faculdade de Letras*, vol. LXXI, 2, Coimbra, Universidade de Coimbra.

1997, «Entre pai e mãe: O nacionalismo em José de Alencar», in CRISTÓVÃO, Fernando Cristóvão *et alii* (coord.) – *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*, Lisboa, Cosmos.

VIANA FILHO, Luís

1981, *A Vida de José de Alencar*, pref. de Jacinto do Prado Coelho; Porto, Lello & Irmão.

IV. A arte do conto em Machado de Assis

1. Edições

1.1. De conjunto

1997, *Obra Completa*, org. de Afrânio Coutinho; Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 3 vols.

1.2. Antologias de contos

1985, *Contos*, Porto, Lello & Irmão.

1987, *Machado de Assis – Seus 30 melhores contos*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

1998, *Contos: Uma antologia*, sel., intr. e notas de John Gledson; São Paulo, Companhia das Letras, 2 vols.

2. Sobre Machado de Assis e a sua obra

BOSI, Alfredo *et alii*

1982, *Machado de Assis – Antologia e estudos*, São Paulo, Ática.

CANDIDO, Antonio

1977², «Esquema de Machado de Assis», in *Vários Escritos*, São Paulo, Duas Cidades.

COUTINHO, Afrânio

1997, «Machado de Assis na Literatura Brasileira» in ASSIS, Machado de – *Obra Completa, ed. cit.*, vol. I.

GLEDSON, John

1986, *Machado de Assis – Ficção e história*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo

1981, *Vida e Obra de Machado de Assis*, Rio de Janeiro / Brasília, Civilização Brasileira / INL, 4 vols.

MEYER, Augusto

1975, *Machado de Assis*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, Presença / INL.

PATI, Francisco

1972, *Dicionário de Machado de Assis – História e biografia das personagens*, São Paulo, Conselho Estadual de Cultura.

PÉREZ, Renard

1997, «Esboço biográfico – Machado de Assis e a sua circunstância» in ASSIS, Machado de – *Obra Completa, ed. cit.*, vol. I.

SCHWARZ, Roberto

1992, *Ao Vencedor as Batatas – Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, 4.^a ed., São Paulo, Duas Cidades.

TEIXEIRA, Ivan

1988, *Apresentação de Machado de Assis*, 2.^a ed., São Paulo, Martins Fontes.

3. Sobre teoria do conto

BONHEIM, Helmut

1982, *The Narrative Modes – Techniques of the short story*, Cambridge, D. S. Brewer.

GOTLIB, Nádía Batella

2002, *Teoria do Conto*, 10.^a ed., São Paulo, Ática.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo

1972, *A Arte do Conto*, Rio de Janeiro, Bloch.

MOISÉS, Massaud

1990, «O conto», in *A Criação Literária – Prosa*, 5.^a ed., São Paulo, Cultrix.

4. Sobre o conto machadiano

AAVV

1996, *Seminário “Missa do Galo” de Machado de Assis*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Luso-Afro-Brasileiros da PUC de Minas Gerais.

BAPTISTA, Abel Barros

2000, «Segredos e loucuras – Pressupostos e figuras para uma releitura dos contos de Machado de Assis», in SARAIVA, Arnaldo e TOPA, Francisco (org.) – *Literatura Brasileira em Questão – Actas do II Congresso Português de Literatura Brasileira (8 a 10 de Maio de 1997)*, Porto, Centro de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras.

DIXON, Paul

1992, *Os Contos de Machado de Assis*, Porto Alegre, Movimento.

D’ONOFRIO, Salvatore *et alii*

1979, *Conto brasileiro – Quatro leituras (Machado de Assis, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Osman Lins)*, Petrópolis, Vozes.

FISCHER, Luís Augusto

1998, «Contos de Machado: Da ética à estética», in SECCHIN, Antônio Carlos *et alii* – *Machado de Assis, Uma revisão*, Rio de Janeiro, In-Fólio.

GLEDSON, John

1997, «‘O espelho’ de Machado de Assis e a identidade brasileira», in CRISTÓVÃO, Fernando Cristóvão *et alii* (coord.) – *Nacionalismo e Regionalismo nas Literaturas Lusófonas*, Lisboa, Cosmos.

1998, «Os contos de Machado de Assis: o machete e o violoncelo», in ASSIS, Machado de – *Contos: Uma antologia, ed. cit.*, vol. I.

2001, «Uma lição de história: *Conto de escola* de Machado de Assis», in JOBIM, José Luís (org.) – *A Biblioteca de Machado de Assis*, Rio de Janeiro, Topbooks / Academia Brasileira de Letras.

LUCAS, Fábio

1976, *Poesia e Prosa no Brasil*, Belo Horizonte, Interlivros.

MATOS, Mário

1997, «Machado de Assis, contador de histórias» in ASSIS, Machado de – *Obras Completas, ed. cit.*, vol. II.

SARAIVA, Arnaldo

1998, «Para uma teoria do texto enigmático ou: O conto enigmático de Machado de Assis», in *Terceira Margem – Revista do Centro de Estudos Brasileiros (Adolfo Casais Monteiro)*, n.º 1, Porto, Faculdade de Letras.

SCHMITT, John Hyde

1974, *Machado de Assis and the Modern Brazilian Short Story*, Ann Arbor, Xerox University Microfilms.

IV. MÉTODOS

1. Apesar da extensa bibliografia sobre o ensino da literatura¹¹, há questões, nada ociosas, que continuam a colocar-se a todos os docentes da área: trata-se sobretudo de saber se a literatura é efectivamente ensinável e, em caso afirmativo, de que modo.

A resposta à primeira pergunta depende em grande medida da definição dos objectivos. É hoje mais ou menos consensual que o ensino da literatura deve obedecer a duas preocupações centrais: a transmissão de um conhecimento acerca da literatura; o desenvolvimento da competência interpretativa ou de leitura. Ora, nesta linha de raciocínio, a resposta não pode deixar de ser positiva, mesmo que – como frequentemente se diz – não seja propriamente a literatura que se ensina, mas antes a leitura.

No entanto, mesmo admitindo a sua possibilidade, o ensino da literatura enfrenta uma série de dificuldades, decorrentes da natureza peculiar do objecto. Por um lado, a

¹¹ A par de obras estrangeiras já clássicas, como a de Serge Doubrovsky e Tzvetan Todorov (*L'Enseignement de la Littérature*, Paris, Plon, 1971) ou a de Ronald Carter e Michael N. Long (*Teaching Literature*, Nova Iorque, Longman, 1991), há uma extensa bibliografia portuguesa sobre o tema, muito aumentada nos últimos cinco anos. Depois de artigos como os de Machado Pires («Literatura e ensino da literatura», in AAVV – *Afecto às Letras – Homenagem da literatura portuguesa contemporânea a Jacinto do Prado Coelho*, Lisboa, IN-CM, 1984) ou Maria Vitalina Leal de Matos («Reflexões sobre a literatura e o seu ensino», in *Ler e Escrever*, Lisboa, IN-CM, 1987), surgiram importantes obras colectivas, de que destaco: o dossier «Letras Românicas: Ensino e investigação» incluído no n.º 4 de *Românica* (Lisboa, Cosmos, 1995); o n.º 1 de *Incidências* (Lisboa, Colibri, 1999); os volumes *Ensino da Literatura – Reflexões e propostas a contracorrente* (org. de Maria Isabel Rocheta e Margarida Braga Neves, Lisboa, Cosmos / Departamento de Literaturas Românicas da FLUL, 1999) e *O Ensino das Humanidades na Universidade – Actas da jornada de reflexão organizada pela Universidade de Évora*, (org. de Eunice Cabral *et alii*, Lisboa, Ulmeiro, 2000). Surgiram ainda importantes artigos isolados, como «Pedagogia da Literatura», de Margarida Vieira Mendes (*Românica*, n.º 6, Lisboa, Cosmos, 1997), e livros de autoria individual, como *A Literatura Ensina-se? – Estudos de Teoria da Literatura*, de Carlos Ceia (Lisboa, Colibri, 1999).

condição artística do texto literário atribui-lhe uma dimensão estética, cuja percepção não pode deixar de envolver a subjectividade de quem lê. Por outro, como observou Machado Pires¹², a plurivalência da literatura obriga a que a abordagem do texto se faça com o concurso de várias disciplinas, cujo domínio em simultâneo não é fácil e não será até possível. Além disso, não podemos esquecer que o texto literário, valendo por si, não deixa de ser também um documento cultural inscrito na história, o que impõe – de um modo que depende dos textos e das épocas – que o estudo do texto não descure o respectivo contexto. Esta observação pode ser levada ainda mais longe, conduzindo a uma proposta do tipo da que apresenta Maria Alzira Seixo¹³: a literatura «Serve, afinal, para *entender todo o tempo e toda a expressão do Homem*. Nem mais. E o ensino da literatura serve para ajudar a entender o Livro do Mundo e para acrescentarmos nele a nossa página de pessoal criatividade e impressão». Assim concebida, a missão do professor de literatura é, para além de difícil, ‘perigosa’: pelo que pede de exposição pessoal, ao docente e ao aluno; pela responsabilidade que implica a “ajuda” de que fala Alzira Seixo. Por último, não podemos esquecer as dificuldades relativas ao contexto de comunicação em que o ensino se faz. O problema resulta sobretudo do facto de esta comunicação envolver muitas vozes e de necessitar, para que seja efectiva, da participação de todas, mesmo que o sinal exterior de algumas seja o silêncio. Para isso não basta que o docente seja um emissor qualificado. Pede-se que seja também estimulante, despertando nos alunos a capacidade de intervir com rigor e pertinência. Pede-se-lhe ainda que seja um receptor atento e aberto, de modo a captar os variados sinais que denotam a forma como a matéria está a ser recebida e a corrigir o que possa estar a resultar menos bem.

Este conjunto de observações sobre a questão de saber se a literatura é ensinável foi de certa forma respondendo ao outro problema colocado no início do capítulo: o modo de ensinar a literatura. De facto, o reconhecimento da plurivalência da literatura e da importância do contexto para a boa leitura do texto literário sugeriam já a impossibilidade de aplicação de um método único para o seu estudo e o seu ensino. A história mostra-nos aliás o falhanço dos sucessivos paradigmas de tipo exclusivista que foram sendo adopta-

¹² *Op. cit.*, p. 92.

¹³ «Serventia e servidão da literatura», in *Incidências*, n.º 1, *ed. cit.*, p. 15.

dos, quase sempre com o entusiasmo das crenças positivistas ou neopositivistas. Perante isto, vai sendo hoje consensual que o estudo e o ensino da literatura tem de recorrer a uma pluralidade de métodos, uns mais aplicáveis ao texto, outros ao contexto, mas sempre em função da natureza irrepitível de cada texto, encarado sempre como objecto central, ponto de partida e de chegada do estudo. Assim, o professor deve recorrer ao método ou à disciplina que em cada momento se revele mais fecunda, seja ela a filologia, a retórica, a poética, a estilística, a crítica, a literatura comparada, a história literária, a semiótica, a psicanálise, a história, a cultura, a sociologia.

2. A reflexão que acabo de fazer sobre o ensino da literatura serve de base ao modo como encaro a abordagem de uma cadeira como Literatura Brasileira I. É a sua aplicação concreta que, em linhas muito gerais, tentarei expor de seguida.

O primeiro aspecto a considerar diz respeito à forma de conceber as aulas. Embora possa obedecer a alguns princípios mais ou menos consensuais, trata-se de uma decisão de carácter pessoal, que depende da idiosincrasia do professor e da realidade concreta da turma que lhe foi confiada.

No meu caso particular, e apesar das variações que tenho encontrado de ano para ano, uso actualmente como base de trabalho os seguintes dados empíricos: a turma que acompanha regularmente as aulas é pequena, rondando os 25/30 alunos; os estudantes são muito jovens, com uma idade na casa dos 19/20 anos; a maioria (talvez uns 60%) enveredou pelo curso na sequência de um processo de exclusão de partes: tendo fugido à área 'científica' no ensino secundário, optou pela saída que considerou estar mais facilmente ao seu alcance; a percentagem dos alunos com uma forte motivação de base para os estudos literários é, por consequência relativamente baixa; dentro desse grupo, é ainda menor o número de estudantes que revela uma preparação sólida e hábitos de trabalho característicos do ensino universitário (tirando os anos excepcionais, não serão mais de seis aqueles que poderão chegar com uma certa facilidade a uma classificação igual ou superior a 16); a grande maioria perdeu, à entrada para o 2.º ano do curso, os melhores hábitos do ensino secundário: a assiduidade, a pontualidade, o estudo mais ou menos diário. É evidente que um cenário deste género não permite alimentar grandes ilusões, tanto mais que as normas de avaliação em vigor ainda estão demasiado marcadas pela ideologia de uma época um

tanto laxista e pela orientação de um ensino massificado que, visto à distância, parecia ter como principal objectivo a habilitação (mais que a formação) rápida de docentes dos ensinos básico e secundário. Dispensando os alunos da frequência das aulas, obrigando-os a uma só prova – escrita –, essas normas ignoram o perfil actual dos nossos estudantes e acabam por promover o estudo sazonal e a aprendizagem de curto prazo. Dito de outra forma, mais incisiva: atribuindo direitos máximos aos alunos – maioritariamente pós-adolescentes, que é um outro aspecto que não tenho visto considerado – e impondo-lhes deveres mínimos, um quadro normativo deste género limita perigosamente a capacidade de iniciativa de um docente que não queira apenas *dar aulas e ler testes*.

2.1. Apesar do quadro esboçado, creio que vale a pena fazer o esforço possível no sentido de reverter alguns dos aspectos apontados, o que passa sobretudo por conceber e pôr em prática um adequado modelo de aulas. Sem pretender criticar o tipo de aula-conferência, apoiado na leitura mais ou menos directa de um texto, prefiro um género de aula próximo da conversa, aberto portanto à colaboração – espontânea ou solicitada – dos alunos. Para que um tal modelo possa ter êxito é necessário que o estudante compreenda que a aula é, em graus diferentes, da responsabilidade das duas partes, professor e alunos. E que, portanto, da mesma forma que o docente prepara as aulas, também os estudantes devem fazer algum esforço nesse sentido. Outro obstáculo a superar tem a ver com a inibição dos alunos, que suponho motivada por uma espécie de falta de confiança: no professor, em si próprios, nos colegas. Visível sobretudo no começo do semestre, essa inibição pode ser vencida com uma certa facilidade desde que o professor mostre uma abertura ‘sincera’ às intervenções dos alunos e saiba aproveitá-las numa perspectiva pedagógico-científica: reformulando-as e redireccionando-as no sentido de um maior rigor, se for o caso; tendo a humildade suficiente para repensar o seu raciocínio e o seu discurso em função delas. Um trabalho deste tipo deve estar inserido numa estratégia global que vise motivar o aluno para a disciplina. E a esse nível, como bem notou Jacinto do Prado Coelho¹⁴, a alegria e o dom de comunicar desempenham papel decisivo.

¹⁴ *A Educação do Sentimento Poético*, Coimbra, Coimbra Editora, 1944.

Podendo parecer menos ‘universitário’, o modelo de aula que defendo não é o do ensino secundário e não visa a facilidade. Estou aliás em pleno acordo com Silvina Rodrigues Lopes:

No campo do ensino da literatura, importa por conseguinte desenvolver a todos os níveis a crítica a um ideal de comunicabilidade absoluta e abandonar a busca de técnicas de ensino, ou de pedagogias, orientadas para a obtenção da facilidade na transmissão de conteúdos.¹⁵

Para além do que disse a respeito do ensino da literatura, o modelo de aula que defendo justifica-se não apenas (ou não tanto) pela natureza actual das turmas, mas sobretudo pela convicção de que as aulas são um espaço de trabalho: um trabalho que não é apenas o que se faz antes, mas é também o que se faz durante; um trabalho que, reconhecendo o carácter teatral do acto pedagógico, não seja palco para o professor ‘brilhar’, mas antes ponto de partida, humilde, para uma formação que se sabe ser em grande medida uma autoformação; um trabalho ainda que não seja *para*, mas que se queira *com*.

2.2. Terminada esta exposição sobre o modelo, passemos agora à tipologia das aulas. Creio que a distinção tradicional entre aula teórica e prática continua a fazer sentido. Aquela visará sobretudo a apresentação e o debate em torno da problemática central de cada ponto do programa, ao passo que esta tentará aplicar essa reflexão, centrando-se mais no comentário e na análise de textos; a primeira apelará sobretudo ao trabalho do docente, enquanto que a segunda solicitará mais o trabalho dos alunos. Dentro desta tipologia, não deixarei contudo de aplicar o que expus no ponto anterior. A participação empenhada e activa dos alunos é indispensável, antes de mais para que o professor possa detectar precocemente e corrigir falhas de formação e de informação que eles apresentem. Se, por exemplo, se constata – como já me tem acontecido – que a generalidade dos estudantes tem noções de versificação muito ténues, desconhecendo os principais modelos, revelando-se incapaz de escandir um verso e detectar e avaliar a distribuição dos acentos, como pode o professor comentar com algum proveito um poema em que tais noções se-

¹⁵ «O ensino da literatura como aproximação ao paradoxo», in *Incidências*, n.º 1, ed. cit., p. 25.

jam pertinentes? Por outro lado, se se verifica que o discurso dos alunos é pouco maduro e frequentemente marcado por uma subjectividade ‘emotiva’, como se promove o desenvolvimento do seu espírito científico e da sua capacidade crítica sem usar a aula como espaço de experimentação?

Menos justificada me parece ser a distribuição sequencialmente equitativa desses dois tipos de aulas. De facto, isso depende do modo como o docente concebeu a abordagem de cada ponto de programa. Assim, e em função do que deixo dito no capítulo anterior, terei a fazer duas ou três aulas teóricas consecutivas, a que se seguirão pelo menos outras tantas práticas.

2.3. Um último ponto de reflexão diz respeito às sessões de atendimento de alunos. Consagrado na lei com uma carga semanal que deve ser metade da das aulas, o atendimento deveria funcionar como uma espécie de complemento das aulas, servindo para o esclarecimento de dúvidas e para o aprofundamento de certos aspectos da matéria. A minha experiência indica-me contudo que esses objectivos só em parte são conseguidos. Com raras excepções, os alunos com maiores dificuldades – justamente aqueles a quem estas sessões poderiam ser mais úteis – não vão falar com o professor ao longo do semestre; quando muito, marcam presença às vésperas do exame, para o esclarecimento de alguma dúvida mais imediata. O atendimento acaba assim por ser usado sobretudo pelos bons alunos, o que – sendo mais gratificante para o professor – significa um falhanço relativo desta componente lectiva. Algo de relativamente semelhante se verifica com as sessões destinadas ao comentário das provas escritas de avaliação: muitos dos alunos que obtiveram classificações mais baixas não comparecem ou manifestam pouco interesse em tomar consciência das razões que determinaram os resultados.

3. Outro aspecto a considerar tem a ver com os materiais necessários ao ensino, que numa cadeira de literatura são sobretudo livros. No caso da literatura brasileira, o acesso ao livro continua a constituir um problema, apesar das melhorias que se têm verificado nos últimos anos. É certo que a Faculdade de Letras do Porto tem uma boa biblioteca central globalmente considerada, com cerca de 125.000 títulos. No entanto, e mesmo depois da recente incorporação do Fundo Pedro Veiga, a cultura e a literatura brasileira

continuam mal representadas. A colecção da Sala Brasileira (Adolfo Casais Monteiro) não é suficiente para suprir essa carência, como o não é também a própria Biblioteca Pública Municipal do Porto. Parte da solução passa pela preparação cuidada de cadernos de apoio, com a reprodução da bibliografia passiva mais importante e da bibliografia activa que não esteja facilmente disponível nas livrarias. Outra forma de ultrapassar esse obstáculo é a compra directa de livros através da *internet*, que é hoje um meio que garante preços muito acessíveis e uma entrega relativamente rápida. Por último, os alunos sabem também que podem contar com as bibliotecas particulares dos dois docentes da área.

O tempo e o modelo de aulas não permite ou não aconselha a utilização das chamadas tecnologias educativas. A excepção será o retroprojector, útil para o comentário do programa e da bibliografia e também para a abordagem de partes de alguns pontos do programa (a introdução ao Brasil, a problemática textual da obra de Gregório de Matos).

Outra excepção possível é a *internet*, sob a forma do chamado *e-learning*¹⁶. Embora já tenha recolhido alguma informação sobre o assunto, confesso que ainda não tenho uma posição clara sobre as suas potencialidades no domínio da literatura. Apesar disso, fiz um pequeno ensaio: construí uma página pessoal (<http://web.lettras.up.pt/ftopa>) e incluí nela um conjunto de dados que considero de interesse para os alunos. Para cada uma das cadeiras que leccionei no ano lectivo ainda em curso, disponibilizei o programa, a bibliografia geral, a bibliografia específica dos pontos a meu cargo, os sumários e os testes. Tendo construído a página em finais de Julho, não disponho ainda de elementos sobre a opinião dos alunos quanto à utilidade deste tipo de informações.

4. Pata terminar este capítulo, falta falar da avaliação. No regime semestral em vigor, são duas as modalidades possíveis: final e contínua. A maioria dos alunos opta pela primeira, que os obriga a um exame escrito no final do semestre. Pode haver lugar à realização de uma prova oral, mas apenas para os alunos que obtenham na escrita 8 ou 9 valores. Já disse acima que um tal quadro normativo me parece demasiado laxista, na medida em que acaba por promover o estudo sazonal e a aprendizagem de curto prazo. Acrescentaria

¹⁶ Em rigor, a designação deveria ser *e-teaching*. Desconheço um equivalente português: *ensino à distância*, como alguns querem, é algo de muito diferente; *ensino electrónico* também me parece uma expressão pouco feliz.

agora que as condições de prestação da prova oral não fazem sentido: porque a sua aplicabilidade é muito restrita, esquecendo assim a importância do desenvolvimento do discurso oral no processo de formação do aluno (e até como meio que o professor poderia utilizar para fazer uma avaliação mais fundamentada); porque o objectivo parece ser apenas o de dar ao aluno medíocre uma oportunidade adicional de obter a aprovação (sendo que, na prática, se verifica que a sua prestação na prova oral é quase sempre muito pior que a da escrita).

Mais adequada me parece ser a avaliação contínua. Impondo ao aluno a frequência de 2/3 das aulas, prevê outros elementos de avaliação, como se lê no ponto 1. do artigo 3.º das normas de avaliação:

A modalidade de avaliação contínua terá um número de provas mínimo a definir pelo docente no início do ano lectivo e em correlação directa com as matérias a leccionar. Estas devem ser distribuídas regularmente, consistindo na realização complementar ou em alternativa de vários tipos de provas: trabalhos escritos e orais, relatórios de leitura ou de trabalho de campo, elaboração de recensões críticas, testes escritos ou orais, etc.

Prescrevendo um trabalho mais regular e mais diversificado, a avaliação contínua permite um melhor acompanhamento do aluno e uma aprendizagem mais efectiva. Pouco exequível em tempos ainda recentes, dada a dimensão das turmas, pode hoje ser aplicada com uma certa facilidade, desde que haja disponibilidade do professor e a adesão dos alunos. Para isso, importa não esquecer que estes últimos frequentam pelo menos mais cinco cadeiras, num regime horário frequentemente antipedagógico e até desumano.

Neste ano lectivo que está a chegar ao fim, adoptei pela primeira vez este regime de avaliação, tendo obtido a adesão de cerca de 2/3 da turma que frequentava as aulas de modo regular. O trabalho pedido aos estudantes consistiu basicamente no seguinte: duas provas escritas, uma a meio do semestre e outra no final; a realização de pelo menos um trabalho escrito, sobre um ponto do programa à escolha, e assumindo uma forma também livre: relatório de leitura, recensão ou análise de texto; uma exposição oral de 15 minutos. A par disto, eram também avaliadas as intervenções na aula. O balanço foi muito positivo, inclusive por parte dos estudantes: verifiquei que aqueles que apresentavam de início

maiores dificuldades registaram progressos significativos e que os melhores chegaram ao final com um discurso crítico mais maduro e rigoroso.

As classificações confirmam aliás esta conclusão. Nos 13 anos anteriores – tomando por referente os alunos avaliados (e não os matriculados) – a média de aprovação tinha sido de 87,2% e a classificação média de 11,5, não havendo grandes variações de ano para ano:

1989/90

Aprovados – 92 (81,4%)

Média classificativa – 11,6

1990/91

Aprovados – 79 (81,4%)

Média classificativa – 12,0

1991/92

Aprovados – 85 (85,8%)

Média classificativa – 11,2

1992/93

Aprovados – 94 (89,5%)

Média classificativa – 11,6

1993/94

Aprovados – 74 (84%)

Média classificativa – 11,3

1994/95

Aprovados – 71 (85,5%)

Média classificativa – 11,1

1995/96

Aprovados – 81 (94,1%)

Média classificativa – 11,9

1996/97

Aprovados – 64 (88,8%)

Média classificativa – 10,3

1997/98

Aprovados – 95 (90,4%)

Média classificativa – 10,8

1998/99

Aprovados – 68 (88,3%)

Média classificativa – 11,9

1999/00

Aprovados – 77 (84,6%)

Média classificativa – 12,3

2000/01

Aprovados – 61 (95,3%)

Média classificativa – 12,7

2001/02

Aprovados – 84 (85,7%)

Média classificativa – 12,0

Neste ano de 2002/03, levando em conta só os dados da 1.^a época, ocorreu uma subida significativa dos dois indicadores:

Aprovados – 42 (95,4%)

Média classificativa – 12,8

Embora talvez seja ainda cedo para extrair conclusões, tenciono aprofundar esta experiência de avaliação contínua, tanto mais que a considero a mais adequada para a concretização dos objetivos da cadeira.

Uma palavra final sobre as provas de avaliação escrita. Concebido para 2h30, o exame terá duas (eventualmente três) perguntas, destinadas a testar duas competências básicas que os alunos deverão ter desenvolvido ao longo do semestre: a construção de um discurso crítico e a capacidade de análise textual. Uma das perguntas será portanto de incidência mais teórica, podendo assentar no comentário de um excerto crítico; a outra pedirá a análise de um texto literário.

Concluindo, resta-me dizer que este relatório é uma mera proposta pessoal sobre o ensino da cadeira de Literatura Brasileira I. Está sujeito à revisão que o tempo e a prática impõem, não tendo portanto a intenção de dizer a última palavra sobre o tema. Até porque, como lembra Carlos Drummond de Andrade, «Dizer a última palavra sobre o assunto é menosprezar a potencialidade do assunto»¹⁷.

¹⁷ *O Avesso das Coisas*, Rio de Janeiro, Record, 1987, p. 118.